



PINHEIRO - MA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO -
MARANHÃO

Professor Educação anos
Iniciais 1º Ao 5º Ano

**EDITAL DEFINITIVO DO
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2024**

CÓD: SL-123MA-24
7908433255260

Língua Portuguesa

1. Interpretação de Texto.....	9
2. Pressupostos e Subentendidos	12
3. Tipos de Discurso	13
4. Intertextualidade	15
5. Focalização Discursiva.....	16
6. Polifonia	17
7. Figuras de Linguagem	17
8. Denotação e Conotação. Significação contextual de palavras	19
9. Formas de Coesão Textual	20
10. Variação Linguística.....	21
11. Funções de Linguagem	21
12. Coerência e coesão	23
13. Tipos de Linguagem	23
14. Conceitos Fonéticos.....	24
15. Uso do Hífen	24
16. Acentuação Gráfica.....	25
17. Reforma Ortográfica	26
18. Divisão Silábica	28
19. Tipos de Porquê. Ortografia. Homônimos e Parônimos	28
20. Elementos Mórficos (morfemas)	29
21. Formação de Palavras	30
22. Classes Gramaticais. Substantivos – emprego e flexões. Adjetivos – emprego e flexões. Advérbios – emprego e flexão de grau. Conjunções – emprego e uso semântico. Preposições – emprego e uso semântico. Numerais – emprego e flexões. Artigos – emprego e flexões. Interjeições – emprego. Pronome – Noções Gerais e Classificação. Emprego de Pronomes Relativos. Emprego de Pronomes Demonstrativos. Verbo: conjugação, tempo composto e vozes verbais	31
23. Colocação Pronominal	42
24. Análise Sintática – Predicação Verbal Sujeito e Predicado / Termos da Oração. Termos da Oração. Funções Sintáticas de Pronomes Oblíquos. Funções Sintáticas de Pronomes Relativos. Período Composto – Noções Gerais. Orações Coordenadas. Orações Subordinadas. Orações Reduzidas	43
25. Pontuação.....	45
26. Regência.....	48
27. Crase	51
28. Concordância Verbal. Concordância Nominal.....	51

Raciocínio Lógico e Matemático

1. Proposições: conectivos. Conceito de proposição. Valores lógicos das proposições. Conectivos. Tabela-verdade. Operações lógicas sobre proposições: negação de uma proposição. Conjunção de duas proposições. Disjunção de duas proposições. Proposição condicional. Proposição bicondicional. Tautologias e Contradições Equivalência Lógica e Implicação lógica. Conceito e Propriedades da relação de equivalência lógica. Recíproca, contrária e contra positiva de uma proposição condicional. Implicação Lógica. Princípios lógicos. Princípio de substituição. Propriedade da implicação lógica.....	59
2. Argumentos: conceito de argumento. Validade de um argumento. Critério de validade de um argumento.....	64
3. Estatística	67

ÍNDICE

4. Sequências e séries: sequência numérica. Progressão aritmética. Progressão geométrica. Série geométrica infinita	68
5. Juros simples e compostos	70
6. Probabilidade. Análise combinatória	71
7. Razão, proporção e regra de três	75
8. Porcentagem	77
9. Radiciação e Potenciação	79
10. Problemas Matemáticos e de Raciocínio Lógicos. Problemas de lógicas matemáticas	81
11. Equações do 1º e 2º grau	83
12. Sistema de equações	86
13. Sequências Lógicas	88

Conhecimentos Específicos - Língua Portuguesa

1. Práticas de Linguagem	93
2. Gêneros textuais orais	93
3. Produção de textos nas séries iniciais: gêneros da ordem narrar, relatar, argumentar, expor, prescrever	94
4. A construção do sentido do texto: coesão e coerência	94
5. Práticas de leitura de textos orais e escritos: Leitura: processos cognitivos e estratégias de leitura	95
6. Prática de análise linguística e BNCC - Língua Portuguesa	96

Conhecimentos Específicos - Matemática

1. Localização, espaço e formas	105
2. Números naturais: operações, propriedades e problemas	113
3. Múltiplos, divisores e divisibilidade: conceito, cálculo e propriedades	114
4. Sistema de numeração decimal	117
5. Frações: conceito, propriedades e operações	119
6. Principais unidades de medidas e sua utilização no contexto social	121
7. Sistema monetário	125
8. Noções de Estatística: médias, distribuição de frequências e gráficos	127
9. Metodologia do ensino da Matemática	139
10. BNCC – Matemática	145

Conhecimentos Específicos - História

1. Conhecimento histórico: características e importância social	177
2. Expansionismo europeu e colonização americana	178
3. Organização social do Brasil	179
4. Processo político brasileiro	180
5. Trajetória econômica brasileira	181

ÍNDICE

6. Trajetória econômica brasileira.....	182
7. Formação cultural e identidade nacional brasileira.....	183
8. Metodologia do ensino da História. BNCC – História.....	184

Conhecimentos Específicos - Geografia

1. A cartografia como meio de representação e leitura do espaço geográfico.....	187
2. A paisagem e seus elementos: análise e formas de representar, as diferentes paisagens e sua transformação, a paisagem e sua relação com a atividade econômica, paisagens urbanas e rurais brasileiras.....	187
3. O trabalho humano e o espaço geográfico: interferências nos elementos naturais. A população e a cultura brasileira e maranhense.....	188
4. O espaço geográfico brasileiro e maranhense: localização, situação político-administrativa, geologia, solo, relevo, hidrografia, clima, vegetação, transporte e meios de comunicação e atividades produtivas.....	192
5. Metodologia do ensino de Geografia. BNCC – Geografia.....	207

Conhecimentos Específicos - Ciências

1. Planeta Terra.....	211
2. Sistema Solar.....	211
3. Dia e noite.....	212
4. Estações do Ano.....	212
5. Litosfera.....	213
6. Rochas.....	213
7. Fósseis.....	214
8. Hidrosfera e Atmosfera.....	215
9. Solo.....	215
10. Ar.....	215
11. Luz.....	216
12. Água.....	217
13. Ciclo da água.....	217
14. Energia.....	218
15. Lixo.....	219
16. Resíduos.....	219
17. Coleta Seletiva.....	220
18. Sustentabilidade.....	220
19. Biodiversidade.....	221
20. Educação Ambiental.....	221
21. Poluição.....	221
22. Saneamento Básico.....	222
23. Alimentação.....	223
24. Cadeias e Teias Alimentares.....	223
25. Fotossíntese.....	224

ÍNDICE

26. Biomas Brasileiros.....	225
27. Relações entre os seres vivos.....	226
28. Classificação dos seres vivos; Características dos principais grupos de plantas, invertebrados e vertebrados	227
29. Evolução.....	229
30. Sistemas do Corpo Humano.....	229
31. Estados Físicos da Matéria	274
32. Substâncias	274
33. Misturas	274
34. Força	275
35. Velocidade	277
36. Relação Ciência-Tecnologia Sociedade (CTS) como auxiliar da compreensão da Ciência como parte da nossa cultura	278
37. BNCC – Ciências	278

Conhecimentos Específicos - Legislações

1. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 e suas alterações.	285
2. Constituição Federal (1998)	302
3. Lei nº 7.853/89: Esta lei é regulamentada pelo Decreto Federal nº 3.298/99	395
4. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Lei nº 8069/90): Declaração de Salamanca (1994): o texto não tem efeito de lei, mas diz que as crianças que têm deficiências graves devem ser atendidas no mesmo ambiente de ensino que as demais ...	404
5. Convenção da Guatemala (Decreto nº 3.956/01)	449
6. Lei nº 10.436/02	454
7. Plano Nacional de Educação (2011)	454
8. Lei nº 12.764/12: instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista	468
9. Formação humana, conhecimento e Educação B - Políticas Contemporâneas de Educação Especial: nacionais, internacionais e locais C - Diferentes perspectivas teóricas e a Educação Especial	470
10. Pedagogia histórico-crítica e as contribuições da psicologia histórico-cultural.	471

Conhecimentos Locais

1. Lei Orgânica do município de Pinheiro – ESTADO DO MARANHÃO 1989/1990.....	483
2. Aspectos relevantes da formação econômica, social, histórica, geográfica e cultural do Município de Pinheiro - MA.....	511

LÍNGUA PORTUGUESA

INTERPRETAÇÃO DE TEXTO

Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas. Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio no texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender. Compreender um texto é apreender de forma objetiva a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor. Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015
Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A inclusão social é garantida pela Constituição Federal de 1988.
- (B) As leis que garantem direitos podem ser mais ou menos severas.
- (C) O direito à educação abrange todas as pessoas, deficientes ou não.
- (D) Os deficientes temporários ou permanentes devem ser incluídos socialmente.
- (E) “Educação para todos” inclui também os deficientes.

Comentário da questão:

Em “A” o texto é sobre direito à educação, incluindo as pessoas com deficiência, ou seja, inclusão de pessoas na sociedade. = afirmativa correta.

Em “B” o complemento “mais ou menos severas” se refere à “deficiências de toda ordem”, não às leis. = afirmativa incorreta.

Em “C” o advérbio “também”, nesse caso, indica a inclusão/adição das pessoas portadoras de deficiência ao direito à educação, além das que não apresentam essas condições. = afirmativa correta.

Em “D” além de mencionar “deficiências de toda ordem”, o texto destaca que podem ser “permanentemente ou temporárias”. = afirmativa correta.

Em “E” este é o tema do texto, a inclusão dos deficientes. = afirmativa correta.

Resposta: Logo, a Letra B é a resposta Certa para essa questão, visto que é a única que contém uma afirmativa incorreta sobre o texto.

IDENTIFICANDO O TEMA DE UM TEXTO

O tema é a ideia principal do texto. É com base nessa ideia principal que o texto será desenvolvido. Para que você consiga identificar o tema de um texto, é necessário relacionar as diferentes informações de forma a construir o seu sentido global, ou seja, você precisa relacionar as múltiplas partes que compõem um todo significativo, que é o texto.

Em muitas situações, por exemplo, você foi estimulado a ler um texto por sentir-se atraído pela temática resumida no título. Pois o título cumpre uma função importante: antecipar informações sobre o assunto que será tratado no texto.

Em outras situações, você pode ter abandonado a leitura porque achou o título pouco atraente ou, ao contrário, sentiu-se atraído pelo título de um livro ou de um filme, por exemplo. É muito comum as pessoas se interessarem por temáticas diferentes, dependendo do sexo, da idade, escolaridade, profissão, preferências pessoais e experiência de mundo, entre outros fatores.

Mas, sobre que tema você gosta de ler? Esportes, namoro, sexualidade, tecnologia, ciências, jogos, novelas, moda, cuidados com o corpo? Perceba, portanto, que as temáticas são praticamente infinitas e saber reconhecer o tema de um texto é condição essencial para se tornar um leitor hábil. Vamos, então, começar nossos estudos?

Propomos, inicialmente, que você acompanhe um exercício bem simples, que, intuitivamente, todo leitor faz ao ler um texto: reconhecer o seu tema. Vamos ler o texto a seguir?

CACHORROS

Os zoólogos acreditam que o cachorro se originou de uma espécie de lobo que vivia na Ásia. Depois os cães se juntaram aos seres humanos e se espalharam por quase todo o mundo. Essa amizade começou há uns 12 mil anos, no tempo em que as pessoas precisavam caçar para se alimentar. Os cachorros perceberam que, se não atacassem os humanos, podiam ficar perto deles e comer a comida que sobrava. Já os homens descobriram que os cachorros podiam ajudar a caçar, a cuidar de rebanhos e a tomar conta da casa, além de serem ótimos companheiros. Um colaborava com o outro e a parceria deu certo.

Ao ler apenas o título “Cachorros”, você deduziu sobre o possível assunto abordado no texto. Embora você imagine que o texto vai falar sobre cães, você ainda não sabia exatamente o que ele falaria sobre cães. Repare que temos várias informações ao longo do texto: a hipótese dos zoólogos sobre a origem dos cães, a associação entre eles e os seres humanos, a disseminação dos cães pelo mundo, as vantagens da convivência entre cães e homens.

As informações que se relacionam com o tema chamamos de subtemas (ou ideias secundárias). Essas informações se integram, ou seja, todas elas caminham no sentido de estabelecer uma unidade de sentido. Portanto, pense: sobre o que exatamente esse texto fala? Qual seu assunto, qual seu tema? Certamente você chegou à conclusão de que o texto fala sobre a relação entre homens e cães. Se foi isso que você pensou, parabéns! Isso significa que você foi capaz de identificar o tema do texto!

Fonte: <https://portuguesrapido.com/tema-ideia-central-e-ideias-secundarias/>

IDENTIFICAÇÃO DE EFEITOS DE IRONIA OU HUMOR EM TEXTOS VARIADOS**Ironia**

Ironia é o recurso pelo qual o emissor diz o contrário do que está pensando ou sentindo (ou por pudor em relação a si próprio ou com intenção depreciativa e sarcástica em relação a outrem).

A ironia consiste na utilização de determinada palavra ou expressão que, em um outro contexto diferente do usual, ganha um novo sentido, gerando um efeito de humor.

Exemplo:



Na construção de um texto, ela pode aparecer em três modos: ironia verbal, ironia de situação e ironia dramática (ou satírica).

Ironia verbal

Ocorre quando se diz algo pretendendo expressar outro significado, normalmente oposto ao sentido literal. A expressão e a intenção são diferentes.

Exemplo: Você foi tão bem na prova! Tirou um zero incrível!

Ironia de situação

A intenção e resultado da ação não estão alinhados, ou seja, o resultado é contrário ao que se espera ou que se planeja.

Exemplo: Quando num texto literário uma personagem planeja uma ação, mas os resultados não saem como o esperado. No livro “Memórias Póstumas de Brás Cubas”, de Machado de Assis, a personagem título tem obsessão por ficar conhecida. Ao longo da vida, tenta de muitas maneiras alcançar a notoriedade sem suces-

so. Após a morte, a personagem se torna conhecida. A ironia é que planejou ficar famoso antes de morrer e se tornou famoso após a morte.

Ironia dramática (ou satírica)

A ironia dramática é um efeito de sentido que ocorre nos textos literários quando o leitor, a audiência, tem mais informações do que tem um personagem sobre os eventos da narrativa e sobre intenções de outros personagens. É um recurso usado para aprofundar os significados ocultos em diálogos e ações e que, quando captado pelo leitor, gera um clima de suspense, tragédia ou mesmo comédia, visto que um personagem é posto em situações que geram conflitos e mal-entendidos porque ele mesmo não tem ciência do todo da narrativa.

Exemplo: Em livros com narrador onisciente, que sabe tudo o que se passa na história com todas as personagens, é mais fácil aparecer esse tipo de ironia. A peça como Romeu e Julieta, por exemplo, se inicia com a fala que relata que os protagonistas da história irão morrer em decorrência do seu amor. As personagens agem ao longo da peça esperando conseguir atingir seus objetivos, mas a plateia já sabe que eles não serão bem-sucedidos.

Humor

Nesse caso, é muito comum a utilização de situações que pareçam cômicas ou surpreendentes para provocar o efeito de humor.

Situações cômicas ou potencialmente humorísticas compartilham da característica do efeito surpresa. O humor reside em ocorrer algo fora do esperado numa situação.

Há diversas situações em que o humor pode aparecer. Há as tirinhas e charges, que aliam texto e imagem para criar efeito cômico; há anedotas ou pequenos contos; e há as crônicas, frequentemente acessadas como forma de gerar o riso.

Os textos com finalidade humorística podem ser divididos em quatro categorias: anedotas, cartuns, tiras e charges.

Exemplo:



ANÁLISE E A INTERPRETAÇÃO DO TEXTO SEGUNDO O GÊNERO EM QUE SE INSCREVE

Compreender um texto trata da análise e decodificação do que de fato está escrito, seja das frases ou das ideias presentes. Interpretar um texto, está ligado às conclusões que se pode chegar ao conectar as ideias do texto com a realidade. Interpretação trabalha com a subjetividade, com o que se entendeu sobre o texto.

Interpretar um texto permite a compreensão de todo e qualquer texto ou discurso e se amplia no entendimento da sua ideia principal. Compreender relações semânticas é uma competência imprescindível no mercado de trabalho e nos estudos.

Quando não se sabe interpretar corretamente um texto pode-se criar vários problemas, afetando não só o desenvolvimento profissional, mas também o desenvolvimento pessoal.

Busca de sentidos

Para a busca de sentidos do texto, pode-se retirar do mesmo os **tópicos frasais** presentes em cada parágrafo. Isso auxiliará na apreensão do conteúdo exposto.

Isso porque é ali que se fazem necessários, estabelecem uma relação hierárquica do pensamento defendido, retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Por fim, concentre-se nas ideias que realmente foram explicitadas pelo autor. Textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Deve-se ater às ideias do autor, o que não quer dizer que o leitor precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não sejam criadas suposições vagas e inespecíficas.

Importância da interpretação

A prática da leitura, seja por prazer, para estudar ou para se informar, aprimora o vocabulário e dinamiza o raciocínio e a interpretação. A leitura, além de favorecer o aprendizado de conteúdos específicos, aprimora a escrita.

Uma interpretação de texto assertiva depende de inúmeros fatores. Muitas vezes, apressados, descuidamo-nos dos detalhes presentes em um texto, achamos que apenas uma leitura já se faz suficiente. Interpretar exige paciência e, por isso, sempre releia o texto, pois a segunda leitura pode apresentar aspectos surpreendentes que não foram observados previamente. Para auxiliar na busca de sentidos do texto, pode-se também retirar dele os **tópicos frasais** presentes em cada parágrafo, isso certamente auxiliará na apreensão do conteúdo exposto. Lembre-se de que os parágrafos não estão organizados, pelo menos em um bom texto, de maneira aleatória, se estão no lugar que estão, é porque ali se fazem necessários, estabelecendo uma relação hierárquica do pensamento defendido, retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Concentre-se nas ideias que de fato foram explicitadas pelo autor: os textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Devemos nos ater às ideias do autor, isso não quer dizer que você precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não criemos, à revelia do autor, suposições vagas e inespecíficas. Ler com atenção é um exercício que deve ser praticado à exaustão, assim como uma técnica, que fará de nós leitores proficientes.

Diferença entre compreensão e interpretação

A compreensão de um texto é fazer uma análise objetiva do texto e verificar o que realmente está escrito nele. Já a interpretação imagina o que as ideias do texto têm a ver com a realidade. O leitor tira conclusões subjetivas do texto.

Gêneros Discursivos

Romance: descrição longa de ações e sentimentos de personagens fictícios, podendo ser de comparação com a realidade ou totalmente irreal. A diferença principal entre um romance e uma

novela é a extensão do texto, ou seja, o romance é mais longo. No romance nós temos uma história central e várias histórias secundárias.

Conto: obra de ficção onde é criado seres e locais totalmente imaginário. Com linguagem linear e curta, envolve poucas personagens, que geralmente se movimentam em torno de uma única ação, dada em um só espaço, eixo temático e conflito. Suas ações encaminham-se diretamente para um desfecho.

Novela: muito parecida com o conto e o romance, diferenciado por sua extensão. Ela fica entre o conto e o romance, e tem a história principal, mas também tem várias histórias secundárias. O tempo na novela é baseada no calendário. O tempo e local são definidos pelas histórias dos personagens. A história (enredo) tem um ritmo mais acelerado do que a do romance por ter um texto mais curto.

Crônica: texto que narra o cotidiano das pessoas, situações que nós mesmos já vivemos e normalmente é utilizado a ironia para mostrar um outro lado da mesma história. Na crônica o tempo não é relevante e quando é citado, geralmente são pequenos intervalos como horas ou mesmo minutos.

Poesia: apresenta um trabalho voltado para o estudo da linguagem, fazendo-o de maneira particular, refletindo o momento, a vida dos homens através de figuras que possibilitam a criação de imagens.

Editorial: texto dissertativo argumentativo onde expressa a opinião do editor através de argumentos e fatos sobre um assunto que está sendo muito comentado (polêmico). Sua intenção é convencer o leitor a concordar com ele.

Entrevista: texto expositivo e é marcado pela conversa de um entrevistador e um entrevistado para a obtenção de informações. Tem como principal característica transmitir a opinião de pessoas de destaque sobre algum assunto de interesse.

Cantiga de roda: gênero empírico, que na escola se materializa em uma concretude da realidade. A cantiga de roda permite as crianças terem mais sentido em relação a leitura e escrita, ajudando os professores a identificar o nível de alfabetização delas.

Receita: texto instrucional e injuntivo que tem como objetivo de informar, aconselhar, ou seja, recomendam dando uma certa liberdade para quem recebe a informação.

DISTINÇÃO DE FATO E OPINIÃO SOBRE ESSE FATO

Fato

O fato é algo que aconteceu ou está acontecendo. A existência do fato pode ser constatada de modo indiscutível. O fato é uma coisa que aconteceu e pode ser comprovado de alguma maneira, através de algum documento, números, vídeo ou registro.

Exemplo: A mãe foi viajar.

Interpretação

É o ato de dar sentido ao fato, de entendê-lo. Interpretamos quando relacionamos fatos, os comparamos, buscamos suas causas e previmos suas consequências.

Entre o fato e sua interpretação há uma relação lógica: se apontamos uma causa ou consequência, é necessário que seja plausível. Se comparamos fatos, é preciso que suas semelhanças ou diferenças sejam detectáveis.

Exemplos:

A mãe foi viajar porque considerou importante estudar em outro país.

A mãe foi viajar porque se preocupava mais com sua profissão do que com a filha.

Opinião

A opinião é a avaliação que se faz de um fato considerando um juízo de valor. É um julgamento que tem como base a interpretação que fazemos do fato.

Nossas opiniões costumam ser avaliadas pelo grau de coerência que se mantém a partir da interpretação do fato. Ou seja, é um modo particular de olhar o fato. Esta opinião pode alterar de pessoa para pessoa devido a fatores socioculturais.

Exemplos de opiniões que podem decorrer das interpretações anteriores:

A mãe foi viajar porque considerou importante estudar em outro país. Ela tomou uma decisão acertada.

A mãe foi viajar porque se preocupava mais com sua profissão do que com a filha. Ela foi egoísta.

Muitas vezes, a interpretação já traz implícita uma opinião.

Por exemplo, quando mencionam com ênfase consequências negativas que podem advir de um fato, são enaltecidas previsões positivas ou são feitos comentários irônicos na interpretação, dessa forma, é possível expressar um julgamento.

É muito importante saber a diferença entre o fato e opinião, principalmente quando debatemos um tema polêmico ou quando analisamos um texto dissertativo.

Exemplo:

A mãe viajou e deixou a filha só. Nem deve estar se importando com o sofrimento da filha.

PRESSUPOSTOS E SUBENTENDIDOS

Definição

Em contraste com as informações explícitas, que são expressas de forma direta no texto, as informações implícitas não são apresentadas da mesma maneira. Em muitos casos, para uma leitura eficaz, é necessário ir além do que está explicitamente mencionado, ou seja, é preciso inferir as informações contidas no texto para decifrar as entrelinhas.

Inferência: quer dizer concluir alguma coisa com base em outra já conhecida. Fazer inferências é uma habilidade essencial para a interpretação correta dos enunciados e dos textos. As principais informações que podem ser inferidas recebem o nome de subentendidas e pressupostas.

RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICO

PROPOSIÇÕES: CONECTIVOS. CONCEITO DE PROPOSIÇÃO. VALORES LÓGICOS DAS PROPOSIÇÕES. CONECTIVOS. TABELA-VERDADE. OPERAÇÕES LÓGICAS SOBRE PROPOSIÇÕES: NEGAÇÃO DE UMA PROPOSIÇÃO. CONJUNÇÃO DE DUAS PROPOSIÇÕES. DISJUNÇÃO DE DUAS PROPOSIÇÕES. PROPOSIÇÃO CONDICIONAL. PROPOSIÇÃO BICONDICIONAL. TAUTOLOGIAS E CONTRADIÇÕES EQUIVALÊNCIA LÓGICA E IMPLICAÇÃO LÓGICA. CONCEITO E PROPRIEDADES DA RELAÇÃO DE EQUIVALÊNCIA LÓGICA. RECÍPROCA, CONTRÁRIA E CONTRA POSITIVA DE UMA PROPOSIÇÃO CONDICIONAL. IMPLICAÇÃO LÓGICA. PRINCÍPIOS LÓGICOS. PRINCÍPIO DE SUBSTITUIÇÃO. PROPRIEDADE DA IMPLICAÇÃO LÓGICA

PROPOSIÇÃO

Conjunto de palavras ou símbolos que expressam um pensamento ou uma ideia de sentido completo. Elas transmitem pensamentos, isto é, afirmam fatos ou exprimem juízos que formamos a respeito de determinados conceitos ou entes.

Valores lógicos

São os valores atribuídos as proposições, podendo ser uma **verdade**, se a proposição é verdadeira (V), e uma **falsidade**, se a proposição é falsa (F). Designamos as letras V e F para abreviarmos os valores lógicos verdade e falsidade respectivamente.

Com isso temos alguns axiomas da lógica:

– **PRINCÍPIO DA NÃO CONTRADIÇÃO:** uma proposição não pode ser verdadeira E falsa ao mesmo tempo.

– **PRINCÍPIO DO TERCEIRO EXCLUÍDO:** toda proposição OU é verdadeira OU é falsa, verificamos sempre um desses casos, NUNCA existindo um terceiro caso.

“Toda proposição tem um, e somente um, dos valores, que são: V ou F.”

Classificação de uma proposição

Elas podem ser:

• **Sentença aberta:** quando não se pode atribuir um valor lógico verdadeiro ou falso para ela (ou valorar a proposição!), portanto, não é considerada frase lógica. São consideradas sentenças abertas:

– Frases interrogativas: Quando será prova? – Estudou ontem? – Fez Sol ontem?

– Frases exclamativas: Gol! – Que maravilhoso!
– Frase imperativas: Estude e leia com atenção. – Desligue a televisão.

– Frases sem sentido lógico (expressões vagas, paradoxais, ambíguas, ...): “esta frase é falsa” (expressão paradoxal) – O cachorro do meu vizinho morreu (expressão ambígua) – $2 + 5 + 1$

• **Sentença fechada:** quando a proposição admitir um ÚNICO valor lógico, seja ele verdadeiro ou falso, nesse caso, será considerada uma frase, proposição ou sentença lógica.

Proposições simples e compostas

• **Proposições simples** (ou atômicas): aquela que **NÃO** contém nenhuma outra proposição como parte integrante de si mesma. As proposições simples são designadas pelas letras latinas minúsculas p, q, r, s, \dots , chamadas letras proposicionais.

Exemplos

r: Thiago é careca.

s: Pedro é professor.

• **Proposições compostas** (ou moleculares ou estruturas lógicas): aquela formada pela combinação de duas ou mais proposições simples. As proposições compostas são designadas pelas letras latinas maiúsculas P, Q, R, R..., também chamadas letras proposicionais.

Exemplo

P: Thiago é careca e Pedro é professor.

ATENÇÃO: TODAS as proposições compostas são formadas por duas proposições simples.

Exemplos:

1. (CESPE/UNB) Na lista de frases apresentadas a seguir:

– “A frase dentro destas aspas é uma mentira.”

– A expressão $x + y$ é positiva.

– O valor de $\sqrt{4 + 3} = 7$.

– Pelé marcou dez gols para a seleção brasileira.

– O que é isto?

Há exatamente:

(A) uma proposição;

(B) duas proposições;

(C) três proposições;

(D) quatro proposições;

(E) todas são proposições.

Resolução:

Analisemos cada alternativa:

(A) “A frase dentro destas aspas é uma mentira”, não podemos atribuir valores lógicos a ela, logo não é uma sentença lógica.

(B) A expressão $x + y$ é positiva, não temos como atribuir valores lógicos, logo não é sentença lógica.

(C) O valor de $\sqrt{4 + 3} = 7$; é uma sentença lógica pois podemos atribuir valores lógicos, independente do resultado que tenhamos

(D) Pelé marcou dez gols para a seleção brasileira, também podemos atribuir valores lógicos (não estamos considerando a quantidade certa de gols, apenas se podemos atribuir um valor de V ou F a sentença).

(E) O que é isto? - como vemos não podemos atribuir valores lógicos por se tratar de uma frase interrogativa.

Resposta: B.

CONECTIVOS (CONECTORES LÓGICOS)

Para compôr novas proposições, definidas como composta, a partir de outras proposições simples, usam-se os conectivos. São eles:

OPERAÇÃO	CONECTIVO	ESTRUTURA LÓGICA	TABELA VERDADE															
Negação	\sim	Não p	<table border="1"> <tr> <td>p</td> <td>$\sim p$</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>F</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>V</td> </tr> </table>	p	$\sim p$	V	F	F	V									
p	$\sim p$																	
V	F																	
F	V																	
Conjunção	\wedge	p e q	<table border="1"> <tr> <td>p</td> <td>q</td> <td>$p \wedge q$</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>V</td> <td>V</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>F</td> <td>F</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>V</td> <td>F</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>F</td> <td>F</td> </tr> </table>	p	q	$p \wedge q$	V	V	V	V	F	F	F	V	F	F	F	F
p	q	$p \wedge q$																
V	V	V																
V	F	F																
F	V	F																
F	F	F																
Disjunção Inclusiva	\vee	p ou q	<table border="1"> <tr> <td>p</td> <td>q</td> <td>$p \vee q$</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>V</td> <td>V</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>F</td> <td>V</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>V</td> <td>V</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>F</td> <td>F</td> </tr> </table>	p	q	$p \vee q$	V	V	V	V	F	V	F	V	V	F	F	F
p	q	$p \vee q$																
V	V	V																
V	F	V																
F	V	V																
F	F	F																
Disjunção Exclusiva	$\underline{\vee}$	Ou p ou q	<table border="1"> <tr> <td>p</td> <td>q</td> <td>$p \underline{\vee} q$</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>V</td> <td>F</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>F</td> <td>V</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>V</td> <td>V</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>F</td> <td>F</td> </tr> </table>	p	q	$p \underline{\vee} q$	V	V	F	V	F	V	F	V	V	F	F	F
p	q	$p \underline{\vee} q$																
V	V	F																
V	F	V																
F	V	V																
F	F	F																
Condicional	\rightarrow	Se p então q	<table border="1"> <tr> <td>p</td> <td>q</td> <td>$p \rightarrow q$</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>V</td> <td>V</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>F</td> <td>F</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>V</td> <td>V</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>F</td> <td>V</td> </tr> </table>	p	q	$p \rightarrow q$	V	V	V	V	F	F	F	V	V	F	F	V
p	q	$p \rightarrow q$																
V	V	V																
V	F	F																
F	V	V																
F	F	V																
Bicondicional	\leftrightarrow	p se e somente se q	<table border="1"> <tr> <td>p</td> <td>q</td> <td>$p \leftrightarrow q$</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>V</td> <td>V</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>F</td> <td>F</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>V</td> <td>F</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>F</td> <td>V</td> </tr> </table>	p	q	$p \leftrightarrow q$	V	V	V	V	F	F	F	V	F	F	F	V
p	q	$p \leftrightarrow q$																
V	V	V																
V	F	F																
F	V	F																
F	F	V																

Exemplo:

2. (PC/SP - Delegado de Polícia - VUNESP) Os conectivos ou operadores lógicos são palavras (da linguagem comum) ou símbolos (da linguagem formal) utilizados para conectar proposições de acordo com regras formais preestabelecidas. Assinale a alternativa que apresenta exemplos de conjunção, negação e implicação, respectivamente.

- (A) $\neg p, p \vee q, p \wedge q$
- (B) $p \wedge q, \neg p, p \rightarrow q$
- (C) $p \rightarrow q, p \vee q, \neg p$
- (D) $p \vee p, p \rightarrow q, \neg q$
- (E) $p \vee q, \neg q, p \vee q$

Resolução:

A conjunção é um tipo de proposição composta e apresenta o conectivo “e”, e é representada pelo símbolo \wedge . A negação é representada pelo símbolo \sim ou cantoneira (\neg) e pode negar uma proposição simples (por exemplo: $\neg p$) ou composta. Já a implicação é uma proposição composta do tipo condicional (Se, então) é representada pelo símbolo (\rightarrow).

Resposta: B.

TABELA VERDADE

Quando trabalhamos com as proposições compostas, determinamos o seu valor lógico partindo das proposições simples que a compõe. O valor lógico de qualquer proposição composta depende UNICAMENTE dos valores lógicos das proposições simples componentes, ficando por eles UNIVOCAMENTE determinados.

• **Número de linhas de uma Tabela Verdade:** depende do número de proposições simples que a integram, sendo dado pelo seguinte teorema:

“A tabela verdade de uma proposição composta com n^* proposições simples componentes contém 2^n linhas.”

Exemplo:

3. (CESPE/UNB) Se “A”, “B”, “C” e “D” forem proposições simples e distintas, então o número de linhas da tabela-verdade da proposição $(A \rightarrow B) \leftrightarrow (C \rightarrow D)$ será igual a:

- (A) 2;
- (B) 4;
- (C) 8;
- (D) 16;
- (E) 32.

Resolução:

Veja que podemos aplicar a mesma linha do raciocínio acima, então teremos:

Número de linhas = $2^n = 2^4 = 16$ linhas.

Resposta D.

CONCEITOS DE TAUTOLOGIA , CONTRADIÇÃO E CONTINGÊNCIA

• **Tautologia:** possui todos os valores lógicos, da tabela verdade (última coluna), **V** (verdades).

Princípio da substituição: Seja P (p, q, r, ...) é uma tautologia, então P ($P_0; Q_0; R_0; \dots$) também é uma tautologia, quaisquer que sejam as proposições P_0, Q_0, R_0, \dots

• **Contradição:** possui todos os valores lógicos, da tabela verdade (última coluna), **F** (falsidades). A contradição é a negação da Tautologia e vice versa.

Princípio da substituição: Seja P (p, q, r, ...) é uma **contradição**, então P ($P_0; Q_0; R_0; \dots$) também é uma **contradição**, quaisquer que sejam as proposições P_0, Q_0, R_0, \dots

• **Contingência:** possui valores lógicos **V** e **F**, da tabela verdade (última coluna). Em outros termos a contingência é uma proposição composta que não é **tautologia** e nem **contradição**.

Exemplos:

4. (DPU – ANALISTA – CESPE) Um estudante de direito, com o objetivo de sistematizar o seu estudo, criou sua própria legenda, na qual identificava, por letras, algumas afirmações relevantes quanto à disciplina estudada e as vinculava por meio de sentenças (proposições). No seu vocabulário particular constava, por exemplo:

P: Cometeu o crime A.

Q: Cometeu o crime B.

R: Será punido, obrigatoriamente, com a pena de reclusão no regime fechado.

S: Poderá optar pelo pagamento de fiança.

Ao revisar seus escritos, o estudante, apesar de não recordar qual era o crime B, lembrou que ele era inafiançável.

Tendo como referência essa situação hipotética, julgue o item que se segue.

A sentença $(P \rightarrow Q) \leftrightarrow ((\sim Q) \rightarrow (\sim P))$ será sempre verdadeira, independentemente das valorações de P e Q como verdadeiras ou falsas.

() Certo

() Errado

Resolução:

Considerando P e Q como V.

$(V \rightarrow V) \leftrightarrow ((F) \rightarrow (F))$

$(V) \leftrightarrow (V) = V$

Considerando P e Q como F

$(F \rightarrow F) \leftrightarrow ((V) \rightarrow (V))$

$(V) \leftrightarrow (V) = V$

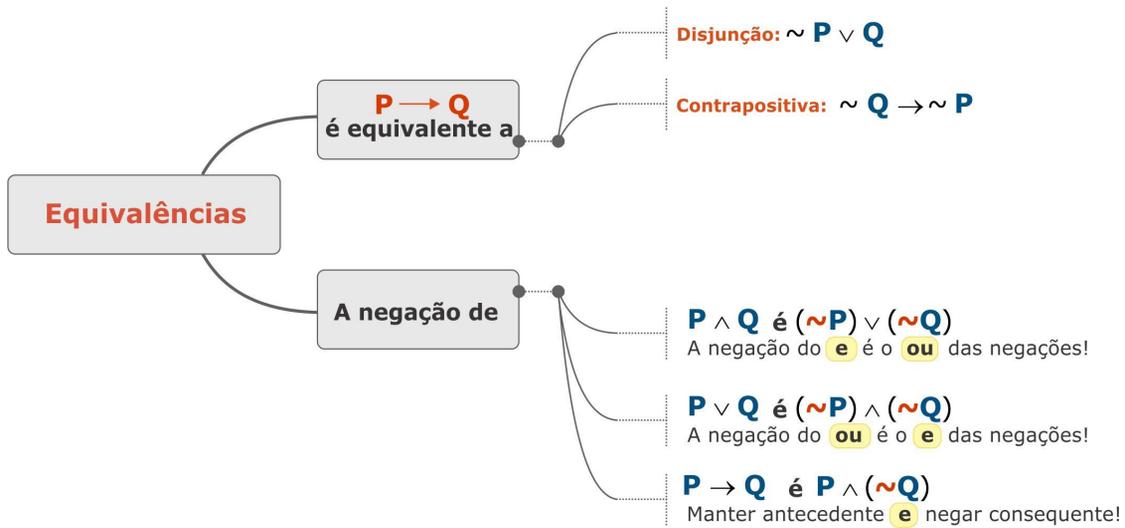
Então concluímos que a afirmação é verdadeira.

Resposta: Certo.

EQUIVALÊNCIA

Duas ou mais proposições compostas são equivalentes, quando mesmo possuindo estruturas lógicas diferentes, apresentam a mesma solução em suas respectivas tabelas verdade.

Se as proposições P(p,q,r,...) e Q(p,q,r,...) são ambas TAUTOLOGIAS, ou então, são CONTRADIÇÕES, então são EQUIVALENTES.



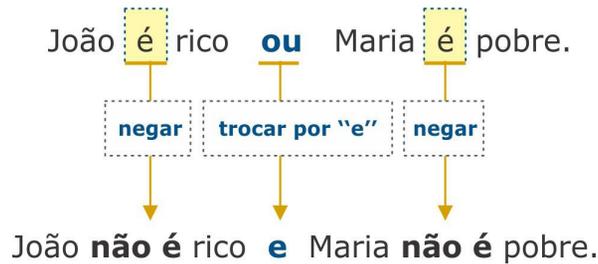
Exemplo:

5. (VUNESP/TJSP) Uma negação lógica para a afirmação “João é rico, ou Maria é pobre” é:

- (A) Se João é rico, então Maria é pobre.
- (B) João não é rico, e Maria não é pobre.
- (C) João é rico, e Maria não é pobre.
- (D) Se João não é rico, então Maria não é pobre.
- (E) João não é rico, ou Maria não é pobre.

Resolução:

Nesta questão, a proposição a ser negada trata-se da disjunção de duas proposições lógicas simples. Para tal, trocamos o conectivo por “e” e negamos as proposições “João é rico” e “Maria é pobre”. Vejam como fica:



Resposta: B.

LEIS DE MORGAN

Com elas:

- Negamos que duas dadas proposições são ao mesmo tempo verdadeiras equivalendo a afirmar que pelo menos uma é falsa
- Negamos que uma pelo menos de duas proposições é verdadeira equivalendo a afirmar que ambas são falsas.

ATENÇÃO	
As Leis de Morgan exprimem que NEGAÇÃO transforma:	CONJUNÇÃO em DISJUNÇÃO
	DISJUNÇÃO em CONJUNÇÃO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Professor Educação Infantil e Professor Educação anos Iniciais 1º Ao 5º Ano

PRÁTICAS DE LINGUAGEM

As práticas de linguagem se referem aos diferentes usos da linguagem em contextos específicos, como comunicação, interação social, expressão de pensamentos e emoções, e construção e transmissão de conhecimento. Essas práticas podem ser observadas em diferentes formas de linguagem, como a oralidade, a escrita, a linguagem corporal e a linguagem digital.

Além disso, as práticas de linguagem também estão relacionadas às normas e convenções sociais que regem o uso da linguagem em diferentes contextos. Cada contexto possui suas próprias regras e expectativas em relação à linguagem, o que pode afetar a forma como nos expressamos e nos comunicamos.

As práticas de linguagem também estão em constante evolução e mudança, especialmente com o avanço da tecnologia e das mídias sociais. Novas formas de linguagem e comunicação estão surgindo, como emojis, gírias e memes, que refletem as mudanças nas práticas de linguagem e na cultura em geral.

No âmbito educacional, as práticas de linguagem são centrais para o desenvolvimento da linguagem e da competência comunicativa dos indivíduos. A escola desempenha um papel importante no ensino e na aprendizagem das práticas de linguagem, ajudando os alunos a entenderem como usar a linguagem de forma apropriada e eficaz em diferentes contextos.

Sendo assim, as práticas de linguagem são os usos e abordagens da linguagem em diferentes contextos sociais, culturais e educacionais. Elas envolvem a comunicação, a interação social e a construção do conhecimento, e estão sujeitas a normas e convenções específicas de cada contexto.

GÊNEROS TEXTUAIS ORAIS

— Conceção

A oralidade consiste na variação falada da língua, ocorrendo sempre que um indivíduo faz uso de seu aparelho fonador para se comunicar. Essa modalidade é a que aprendemos primeiro, ela tem como características principais a repetição e a efemeridade, pois, antes mesmo de escrever, o ser humano aprende a falar.

Em termos pedagógicos, a oralidade não está limitada à análise da realidade da fala (materialidade), sendo incluídos também, em determinados contextos socioculturais, a fala relacionada à sua entonação, ritmo, volume e mesclada por variadas formas de

linguagens, como a imagem, a gestualidade e inclusive à variação escrita da língua, como em uma exposição, em apresentação de TV, etc.

— Gêneros orais

De acordo com o Grupo de Pesquisa e Estudo do texto e do Discurso (PETEDI), os gêneros orais se caracterizam pela base na voz humana e foram gerados para serem concretizados de forma oral, fazendo uso da voz do ser humano, mesmo que tenha ou não uma alternativa redigida.

Dessa forma, exemplificativamente, uma peça teatral escrita para uma performance oral no palco, ou mesmo a comunicação científica em seminários acadêmicos, mesmo terem sido elaborados para serem expressos na oralidade, apresentam também a sua versão escrita.

No entanto, um artigo acadêmico que trata do mesmo tema de uma conferência foi elaborado apenas para constar na modalidade escrita, sem visar à realização oral. Por isso, ainda que ocorra sua leitura em voz alta, permanecerá na modalidade escrita, não se tornando um gênero oral.

Na mesma condição, temos as reportagens em jornais e revistas, os contos e os romances. Isso quer dizer que a mera organização de uma produção escrita não faz dela um gênero oral. Por essas razões, o suporte da voz humana é o que diferencia o gênero oral do gênero escrito, assim como o seu propósito de ter sido elaborado para concretização oral.

É importante destacar que a fala não pode ser considerada o suporte dos gêneros orais, porque ela é a própria língua empregada de forma oral. Naturalmente, os gêneros orais são criados com a língua falada e apresentarão propriedades que podem ser próprias de um gênero ou exclusivas da língua falada e gerais a toda forma de texto oral.

Assim, os gêneros orais também podem ser aqueles que apresentam uma versão escrita, porém, sua efetivação é predominantemente oral, fazendo uso da voz humana como suporte. Nesse caso, portanto, incluem-se os gêneros diversos, como reportagens faladas no rádio e em telejornais que normalmente possuem versões escritas previamente, telenovelas, séries e filmes com seus roteiros, performances teatrais, conferências e etc.

— Oralidade e ensino da língua

Abordar a oralidade como matéria de ensino de língua e como conhecimento escolar é considerar um integrante do currículo educativo constante no processo de ensino desde que este foi iniciado no Brasil, no século XIX.

Pesquisas históricas sobre o ensino de língua portuguesa no Brasil delinham a trajetória pela qual a oralidade foi sendo moldada visando um ensino fundamentado nos conhecimentos acerca do emprego da palavra, especialmente no que diz respeito ao falar em público, isto é, o emprego retórico da palavra.

Instrumentos empregados tradicionalmente sobre a oralidade no ensino da língua portuguesa

Atividades de leitura expressiva, recitação, composição oral (como narrativas, resumos e descrições) e leitura em voz alta, são exemplos de tal atividade. Todos esses exercícios constituem os mecanismos pedagógicos que o professor de língua portuguesa sempre deve ter à disposição para promover a circulação do conhecimento acerca da oralidade.

Tais instrumentos estão intimamente relacionados aos livros de leitura, às antologias, às coletâneas, enfim, a todos aqueles outros instrumentos que proporcionam suporte material do conhecimento escolar baseado na oralidade (ou vocalização).

As funções da oralidade em sala de aula

- a) aperfeiçoamento da dicção, da pronúncia e da fluência em leitura, especialmente durante os anos iniciais de escolarização;
- b) inclusão de formas de dizer, tidas como claras, corretas e formais, emprestadas a autores renomados, em textos de diferentes tipos e gêneros;
- c) assimilação das temáticas dos textos (como temas morais ou relacionados ao caráter patriótico que eram estimuladas para a criação e fortalecimento do caráter do cidadão brasileiro e de uma identidade nacional).

— Particularidades do texto oral

Assim como o texto escrito, o texto oral é uma manifestação da linguagem verbal e tem o propósito de comunicar. Porém, características fundamentais os distinguem. São elas:

- 1) maior espontaneidade, informalidade e, conseqüentemente, maior liberdade;
- 2) maior tolerância em relação à observação da norma culta;
- 3) maior aproximação ou mesmo contato direto entre os agentes comunicativos (emissor e receptor);
- 4) não deixa quaisquer registros, pois é transitória e sujeita a renovação regular;
- 5) é um processo assimilado a partir da interação social, não demandando, portanto, instrução escolar;
- 6) emprego da gestualidade, da entonação, da postura, expressões faciais, enfim, dos recursos extralinguísticos que simplificam o entendimento da mensagem;
- 7) em geral, apresenta vocabulário limitado e construções simplificadas;
- 8) apresenta inadequações e repetições incorrigíveis;
- 9) está sujeita a desvios e intervalos de pensamento, pois não ocorre em linearidade de raciocínio.

PRODUÇÃO DE TEXTOS NAS SÉRIES INICIAIS: GÊNEROS DA ORDEM NARRAR, RELATAR, ARGUMENTAR, EXPOR, PRESCREVER

Na educação das séries iniciais, é fundamental desenvolver e aprimorar a habilidade de produção de textos em diferentes gêneros. Isso não apenas contribui para a formação linguística dos alunos, mas também para o desenvolvimento do pensamento crítico e da capacidade de expressão.

Entre os principais gêneros trabalhados nas séries iniciais, destacam-se a ordem narrar, relatar, argumentar, expor e prescrever.

O gênero narrar, por exemplo, envolve a habilidade de contar histórias. Nessa atividade, os alunos têm a oportunidade de desenvolver a criatividade, a imaginação e o senso de sequência temporal. Além disso, a narrativa auxilia no desenvolvimento da capacidade de organização das ideias, já que é necessário criar um enredo com começo, meio e fim.

Já o gênero relatar consiste em descrever fatos, ideias ou experiências vividas. Nessa atividade, os alunos aprendem a organizar informações de forma lógica, clara e objetiva, apresentando eventos em uma ordem cronológica. É uma oportunidade de desenvolver o senso de observação e a capacidade de síntese.

O gênero argumentar é muito importante para o desenvolvimento do pensamento crítico dos alunos. Nele, é necessário apresentar um ponto de vista e sustentá-lo com argumentos. É uma oportunidade para os estudantes desenvolverem a habilidade de formular e defender suas opiniões, além de aprenderem a respeitar diferentes pontos de vista.

No gênero expor, o objetivo é apresentar informações sobre um determinado tema de forma clara e organizada. Nesse tipo de texto, os alunos aprendem a pesquisar, selecionar e organizar informações, fazendo uso de recursos como introdução, desenvolvimento e conclusão.

Por fim, o gênero prescrever envolve a habilidade de instruir, direcionar ou orientar o leitor sobre como fazer algo. É uma oportunidade para os alunos desenvolverem a capacidade de explicar de forma clara e objetiva, utilizando instruções sequenciais.

Em resumo, a produção de textos nas séries iniciais abrange gêneros como narrar, relatar, argumentar, expor e prescrever. Cada um deles contribui para o desenvolvimento de habilidades linguísticas e cognitivas dos alunos, preparando-os para uma comunicação eficiente e uma participação ativa na sociedade.

A CONSTRUÇÃO DO SENTIDO DO TEXTO: COESÃO E COERÊNCIA

Prezado Candidato, o tema acima supracitado, já foi abordado na matéria de Língua Portuguesa

PRÁTICAS DE LEITURA DE TEXTOS ORAIS E ESCRITOS: LEITURA: PROCESSOS COGNITIVOS E ESTRATÉGIAS DE LEITURA

— **Concepção**

Em poucas palavras, a leitura é um exercício que transcende as palavras, e constitui requisitos básicos para a comunicação, a obtenção do saber e a aquisição de novas habilidades. Já foi comumente abordada apenas pela perspectiva da decodificação, porém, essa concepção foi se modificando aos poucos, pois a leitura passou a ser considerada uma habilidade extensiva que compreende diversas formas de comunicação e de relação com várias informações.

Com isso, não existe apenas uma concepção capaz de definir toda a multivalência da leitura. Essas muitas concepções estão sujeitas a propósitos e contextos. Dentre as conjunturas, uma das predominantes é a que se refere ao processo inicial de aprendizagem da leitura e da escrita.

A leitura de textos orais e escritos é uma habilidade fundamental para o desenvolvimento cognitivo e acadêmico de um indivíduo. É por meio da leitura que adquirimos conhecimento, interpretamos informações e nos comunicamos de forma eficiente.

No processo de leitura, ocorrem diversos processos cognitivos que permitem a compreensão do texto. Esses processos incluem a decodificação das palavras, a identificação de estruturas gramaticais, a inferência de significado a partir do contexto, a organização e categorização das informações, entre outros.

Além dos processos cognitivos, a leitura também envolve o uso de estratégias específicas para facilitar a compreensão do texto. Essas estratégias podem ser divididas em três categorias principais: estratégias pré-leitura, estratégias de leitura e estratégias pós-leitura.

As estratégias pré-leitura são aquelas utilizadas antes mesmo de iniciar a leitura efetiva do texto. Elas incluem a ativação de conhecimentos prévios sobre o assunto, a formulação de hipóteses sobre o conteúdo do texto e a definição de objetivos e propósitos para a leitura.

As estratégias de leitura são aquelas utilizadas durante a leitura do texto. Elas incluem a identificação de palavras-chave e informações importantes, a identificação da estrutura organizacional do texto (introdução, desenvolvimento, conclusão), a realização de inferências a partir do contexto, a conexão entre ideias e a monitorização da compreensão.

As estratégias pós-leitura são aquelas utilizadas após a conclusão da leitura do texto. Elas incluem a revisão e resumo das informações, a reflexão sobre o conteúdo lido, a realização de perguntas para checar a compreensão, a identificação de pontos de destaque e a elaboração de sínteses ou conclusões.

É importante ressaltar que as estratégias de leitura podem variar de acordo com o tipo de texto, o objetivo da leitura e as características individuais de cada leitor. Por isso, é fundamental que cada indivíduo desenvolva seu próprio repertório de estratégias e as ajuste de acordo com as necessidades de cada situação de leitura.

Em resumo, a leitura de textos orais e escritos envolve uma série de processos cognitivos e o uso de estratégias específicas para facilitar a compreensão do texto. O desenvolvimento dessas habilidades é essencial para o sucesso acadêmico e profissional de um indivíduo.

— **Gêneros**

A leitura consiste em um instrumento fundamental para obtenção de experiência e de cultura. Além disso, a leitura dos gêneros do discurso que transitam todos os dias na sociedade possibilita o entendimento e a absorção dos conceitos abstratos e, conseqüentemente, oferece mais e melhores oportunidades de crescimento social e profissional.

Diariamente, transitam em nossa sociedade inúmeros gêneros discursivos, sendo que cada um deles possui uma intenção e propósito específicos, estando, por seu turno, relacionados a uma dada conjuntura de interação social, dentro de uma sociedade. Com sua introdução na conjuntura da leitura e da escrita, a pessoa passa a ter diante si uma infinidade de textos pertencentes aos mais variados gêneros discursivos.

Diante disso, é possível dizer que, apesar de não existirem gêneros unicamente voltados para a atividade em sala de aula, é fundamental que o professor ofereça aos alunos textos dos tipos mais diversos, para que eles venham a conhecer além do convívio de gênero, isto é, tenham contato com as configurações e especificidades textuais e as funcionalidades da língua.

Conforme postulam as Diretrizes Curriculares Estaduais (DCEs), as práticas discursivas trabalhadas em sala de aula devem envolver o discurso como prática social (conteúdo estruturante) e os conteúdos discursivos, que nada mais são que os gêneros. Nesse sentido, os conteúdos específicos compreendem os variados gêneros discursivos e os componentes linguístico-discursivos. Estes consistem, basicamente, nas unidades linguísticas relacionadas às unidades de linguagem, originadas a partir da posição que o emissor desempenha no enunciado e nos conteúdos referentes ao propósito ou ao objeto discursivo, isto é, aquilo que pode vir a ser comunicado por meio de um gênero e nas composições, consideradas a estrutura própria dos textos que fazem parte de um gênero.

A diversidade e quantidade de gêneros presentes na sociedade favorece o contato do professor com todo tipo de gênero, assim como beneficia sua introdução no âmbito dos gêneros discursivos que transitam diariamente em nossa sociedade. Com essa variedade de textos, o educando terá mais fluência para orientar seus alunos na produção, interpretação e leitura autônoma.

De modo geral, os gêneros dos discursos estão compreendidos nos textos, sejam formais ou informais, verbais ou não verbais, visuais, poéticos, literários, didáticos, ou pertencente a quaisquer áreas do conhecimento.

— **Papel do leitor**

O principal papel do leitor é de dialogar com o autor do texto. Ao ler, o leitor assimila aquilo que foi escrito por alguém e, ao chegar a uma conclusão, acaba por dialogar com uma pessoa que ele sequer conhece. Muitas vezes, o leitor sequer existiu na mesma época do escritor. Mas, mesmo assim, devido às habilidades de escrita e leitura, de ambos os lados, o diálogo entre eles é possível.

Ao recomendar um texto (seja um livro, uma notícia, uma poesia, etc.), o leitor é o agente capaz de preservar a vida e a relevância da obra.

Ao pensarmos no contexto atual, em que os textos se encontram extremamente acessíveis nas plataformas digitais, o leitor tem o significativo papel de prezar e empenhar-se na busca pela leitura mais fidedigna e honesta, para manter-se informado sobre os fatos, da melhor maneira possível. O entretenimento também pode ocorrer por meio da leitura, como forma de ocupação em momentos de ociosidade.

Ao pensarmos nos diversos cursos digitais e no material didático escrito, o leitor é um aluno. Nessa perspectiva, seu papel altera-se de passivo para agente, devendo empregar o aprendizado obtido no seu cotidiano pessoal e profissional. Ao expressar sua opinião acerca do texto de outra pessoa, o leitor torna-se um crítico. Nesse papel, ele fundamenta seu parecer em toda a cultura que assimilou no decorrer de suas experiências de leitura.

Pensando, novamente, na contemporaneidade, temos o leitor das redes sociais, que, nessa condição, tem diversos papéis: consumidor, vendedor, empresário e profissional. Isso porque, estado o tempo todo exposto ao conteúdo, o leitor passa a ser também um produtor.

Assim, o papel do leitor não se limita apenas à leitura, e, como o ser humano é o resultado da cultura obtida ao longo de sua vida, o leitor apresenta-se de acordo com os textos com os quais tem contato em toda a sua existência.

— Diferentes objetivos da leitura

Na educação infantil, a leitura tem o objetivo principal de desenvolver as muitas habilidades básicas. Os objetivos da leitura em sala de aula são diversos, como:

- I – Ampliação do vocabulário e melhoria da comunicação;
- II – Desenvolvimento da capacidade de concentração e de disciplina;
- III – Estímulo da imaginação e criatividade;
- IV – Desenvolvimento do siso crítico e da capacidade de interpretação textual;
- V – Auxílio no desenvolvimento da empatia e da conscientização de cidadania;
- VI – Desenvolvimento da capacidade de argumentação.

— Formação do leitor crítico

A leitura crítica, de forma geral, compreende a identificação de uma reflexão fundamentada que pondera e investiga o conteúdo lido. Um leitor crítico, em termos acadêmicos, quer dizer progredir em conhecimento e entendimento.

Para formar um leitor crítico, a prática da leitura é crucial, de uma espécie de conteúdo que possibilite ao leitor dissertar acerca do que leu e criar viabilidades para entender suas inferências, e, conforme vai realizando outras leituras mais, gerar novas possibilidades para uma construção de sentido gradativamente mais autônoma.

Na educação brasileira, a reestruturação é um assunto em redor do qual infinitos debates encontram-se centralizados, com a finalidade de formar um cidadão mais reflexivo, crítico e preparado para movimentar-se na sociedade na busca pelos seus interesses, observando os princípios morais, éticos e que regem a vida em sociedade.

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996, regimentada pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, propôs que o ensino médio, etapa final da educação básica, precisa assegurar mais do que a aquisição de conteúdos programáticos cruciais: é necessário garantir uma formação crítico-social, para proporcionar aos jovens estudantes o preparo básico para de encarar a vida com mais segurança.

Cabe aos professores de todas as disciplinas – não somente aos que lecionam a Língua Portuguesa – a missão de formar leitores, tendo em vista que a leitura é artefato de apoderamento do saber, é o instrumento que possibilita “aprender a aprender”, constituindo, portanto, uma prática de ensino em todas os campos do conhecimento.

PRÁTICA DE ANÁLISE LINGUÍSTICA E BNCC - LÍNGUA PORTUGUESA

A prática de análise linguística está diretamente relacionada à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) - Língua Portuguesa. A análise linguística refere-se ao estudo dos elementos da língua, como gramática, fonética, semântica e sintaxe, a fim de compreender e analisar o funcionamento da linguagem.

A BNCC - Língua Portuguesa, por sua vez, estabelece as competências e habilidades que os estudantes devem desenvolver em relação à língua materna ao longo da educação básica. Ela trata a língua como instrumento de comunicação, expressão e compreensão do mundo, envolvendo a oralidade, a leitura, a escrita, a compreensão e a produção de textos.

Dessa forma, a prática de análise linguística está presente em diversos momentos da BNCC - Língua Portuguesa. Por exemplo, no campo da oralidade, é importante que os estudantes desenvolvam a capacidade de identificar e compreender diferentes usos da linguagem, como o uso mais formal, o uso mais informal e as variações regionais. Isso implica em analisar a escolha das palavras, as estruturas sintáticas utilizadas e o contexto de comunicação.

No campo da escrita, a análise linguística está presente na compreensão das regras gramaticais e na utilização adequada da pontuação, acentuação, concordância, entre outros aspectos. Além disso, a análise de textos também é essencial para a compreensão de como a linguagem é utilizada para construir significados e transmitir mensagens aos leitores.

Logo, a prática de análise linguística está intrinsecamente ligada à BNCC - Língua Portuguesa, pois é por meio dessa análise que os estudantes desenvolvem a capacidade de compreender e utilizar a língua de forma adequada e eficiente, tanto na oralidade quanto na escrita.

LÍNGUA PORTUGUESA NO ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS: PRÁTICAS DE LINGUAGEM, OBJETOS DE CONHECIMENTO E HABILIDADES

No Ensino Fundamental – Anos Iniciais, aprofundam-se as experiências com a língua oral e escrita já iniciadas na família e na Educação Infantil.

Assim, no Ensino Fundamental – Anos Iniciais, no eixo Oralidade, aprofundam-se o conhecimento e o uso da língua oral, as características de interações discursivas e as estratégias de fala e escrita em intercâmbios orais; no eixo Análise Linguística/Semiótica, sistematiza-se a alfabetização, particularmente nos dois primeiros

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Matemática

LOCALIZAÇÃO, ESPAÇO E FORMAS

A compreensão do espaço que nos rodeia e das formas que o preenchem é fundamental para a nossa interação com o mundo. Desde os primeiros desenhos nas cavernas até as complexas representações tridimensionais em realidade virtual, a humanidade sempre buscou maneiras de expressar e entender a localização e as formas ao seu redor. Este conteúdo visa explorar os conceitos geométricos que permitem descrever o espaço e as formas de maneira precisa e funcional.

PONTO, RETA E PLANO

A geometria durante muito tempo foi a principal área desenvolvida da matemática, isso se deve aos seus conceitos abordados que são originados de elementos concretos. Sua principal fonte foi, durante muitos anos, o livro *Elementos* de Euclides (300 a.C.).

Mesmo assim, não conseguimos construir uma reta perfeita, assim como um círculo e um quadrado, que não existem em nosso mundo, já que esses elementos possuem apenas duas dimensões, enquanto nós possuímos três.

Postulados e teoremas

Nesse primeiro momento, iremos estudar os principais fundamentos da geometria, definidos por Euclides em sua obra "Elementos". Essa geometria a partir de postulados, axiomas e teoremas ganha o nome de geometria euclidiana.

Começemos então por certos elementos que não possuem uma definição certa, chamados de entes primitivos. São eles:

Ponto:



- Adimensional (0 dimensões);
- Não possui largura, altura ou profundidade;
- O ponto é representado por letras latinas maiúsculas: A, B, R, P, Z, entre outras.

Reta:

r

- Unidimensional (1 dimensão);
- Possui apenas largura;
- A reta é representada por letras latinas minúsculas: r, s, t, x, entre outras.

Plano:



- Bidimensional (2 dimensões);
- Possui largura e profundidade;
- O plano é representado por letras gregas minúsculas: α , β , γ , entre outras.

Algumas definições importantes:

Euclides desenvolveu cinco axiomas que, durante alguns milênios, definiram os rumos da geometria ocidental.

A palavra axioma origina-se do grego, significando "uma verdade que merece ser acreditada", ou seja, uma afirmação que não exige prova.

São os 5 axiomas de Euclides:

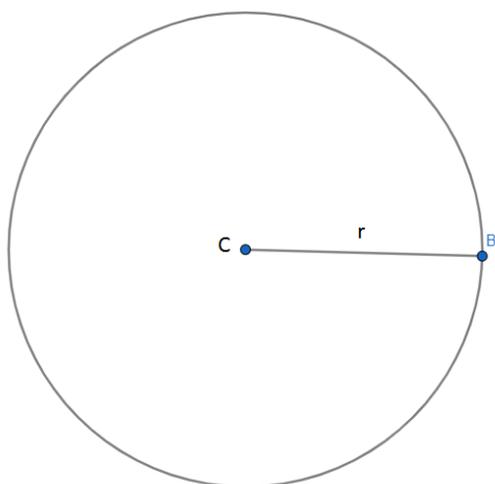
I - Entre dois pontos passa-se uma única reta:



II - Pode-se prolongar uma reta finita de modo contínuo em uma reta infinita de modo único:



III - Dado um centro e um raio, constrói-se um círculo:



IV - Todos os ângulos retos (90°) são iguais.

V - Dado um ponto fora de uma reta, pode-se traçar uma única reta paralela a reta dada:



Definição: Duas retas são paralelas se elas se encontram apenas no infinito

É equivalente a essa definição dizer que a intersecção das duas retas é vazia (não há pontos em comum entre elas).

Mesmo que essas afirmações sejam axiomas para Euclides e não exigem provas, com o auxílio de régua e compasso, conseguimos demonstrar facilmente os quatro primeiros axiomas.

Retas e pontos e definições

– **Pontos colineares:**

Dois ou mais pontos são ditos colineares se por eles passa uma reta contendo todos eles:



– **Pontos coplanares:**

Três ou mais pontos são coplanares, se por eles passa um plano contendo todos eles:



Posições relativas entre um ponto e uma reta

– **Um ponto pode:**

Pertencer a uma reta:

$$P \in r$$

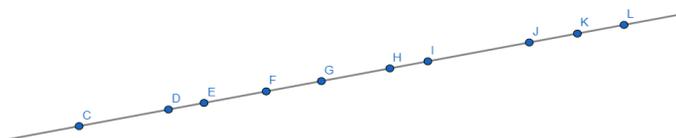


Não pertencer a uma reta:

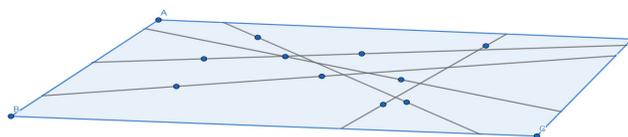
$$P \notin r$$



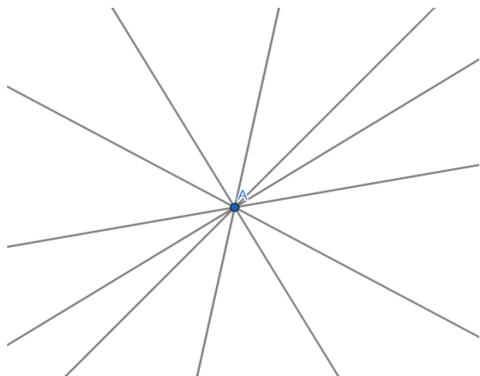
Em uma reta há infinitos pontos:



Em um plano há infinitos pontos e retas:



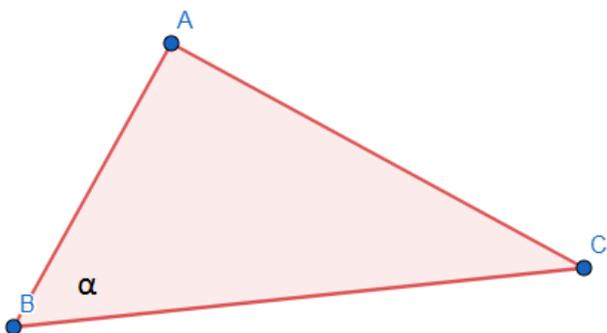
Por um ponto P, passa-se infinitas retas:



Dois pontos definem uma única reta:



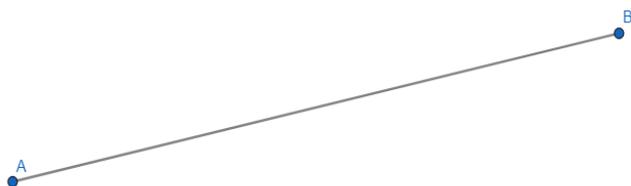
Três pontos definem um único plano:



— Segmentos de reta e definições

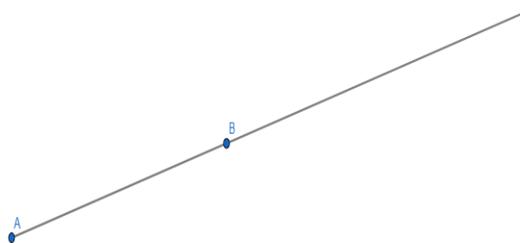
Segmentos

Dados dois pontos, um segmento é limitado por eles:



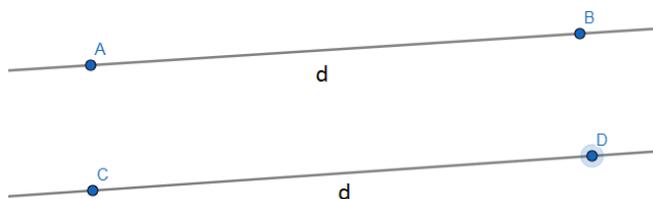
Semirreta

Dado um ponto, uma semirreta é limitada em uma das extremidades, enquanto a outra é infinita:



Segmentos congruentes

Dois segmentos são congruentes quando possuem o mesmo comprimento:

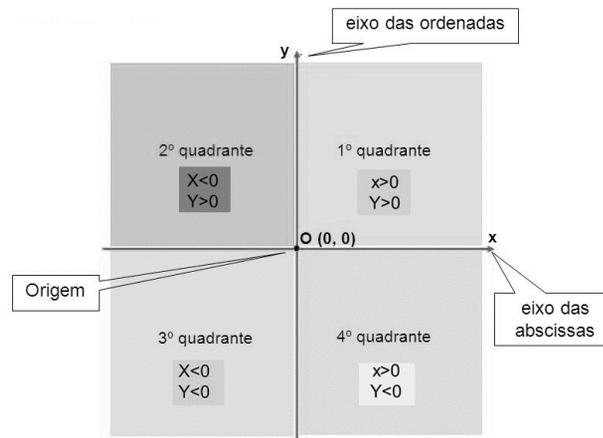


PLANO CARTESIANO

O Plano Cartesiano criado por René Descartes, ao qual consiste em dois eixos perpendiculares:

- 1 - **Horizontal** denominado **eixo das abscissas** e
- 2 - **Vertical** denominado **eixo das ordenadas**.

Tem como objetivo localizarmos pontos determinados em um determinado espaço. Além do mais, o plano cartesiano foi dividido em quadrantes aos quais apresentam as seguinte propriedades em relação ao par ordenado (x, y) ou (a, b) .



Par Ordenado

Quando representamos o conjunto (a, b) ou (b, a) estamos, na verdade, representando o mesmo conjunto, sem nos preocuparmos com a ordem dos elementos. Porém, em alguns casos, é conveniente distinguir a ordem destes elementos.

Para isso, usamos a ideia de **par ordenado** que é conjunto de formado por dois elementos, onde o primeiro é **a ou x** e o segundo é **b ou y**.

Propriedade

Dois pares ordenados $(a, b) = (c, d)$ são iguais se e somente se, $a = c$ e $b = d$

Ou

Dois pares ordenados $(x, y) = (w, z)$ são iguais se e somente se, $x = w$ e $y = z$

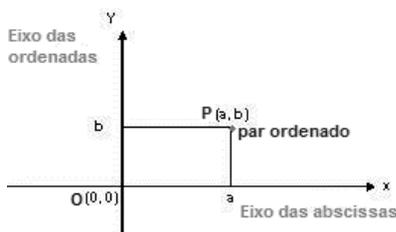
Exemplos:

1) $(a,b) = (2,5) \rightarrow a = 2$ e $b = 5$.

2) $(a + 1,6) = (5,2b) \rightarrow a + 1 = 5$ e $6 = 2b \rightarrow a = 5 - 1$ e $b = 6/2 \rightarrow a = 4$ e $b = 3$.

Gráfico cartesiano do par ordenado

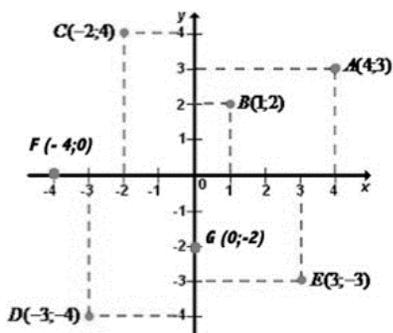
Todo par ordenado de números reais pode ser representado por um ponto no plano cartesiano.



Temos que:

- P é o ponto de coordenadas a e b;
- o número **a** é chamado de **abscissa** de P;
- o número **b** é chamado **ordenada** de P;
- a origem do sistema é o ponto O (0,0).

Vejamos a representação dos pontos abaixo:



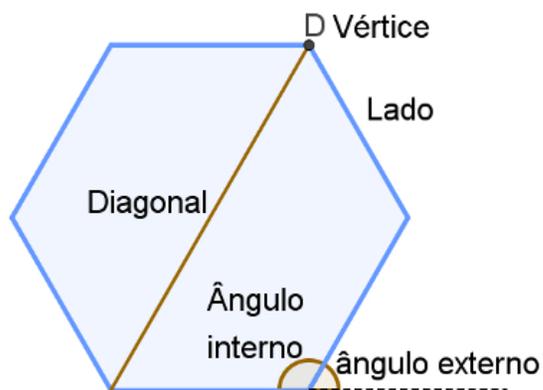
- A (4,3)
- B (1,2)
- C (-2,4)
- D (-3,-4)

- E (3,-3)
- F (-4,0)
- G (0,-2)

POLÍGONOS

Polígonos são linhas fechadas formadas apenas por segmentos de reta que não se cruzam. Ou seja, são figuras geométricas planas formadas por lados, que, por sua vez, são segmentos de reta.

Elementos de um polígono



- **Lados:** cada um dos segmentos de reta que une vértices consecutivos.
- **Vértices:** ponto de intersecção de dois lados consecutivos.
- **Diagonais:** Segmentos que unem dois vértices não consecutivos
- **Ângulos internos:** ângulos formados por dois lados consecutivos
- **Ângulos externos:** ângulos formados por um lado e pelo prolongamento do lado a ele consecutivo.

Classificação

Os polígonos são classificados de acordo com o número de lados, conforme a tabela.

No. de lados	Polígono	No. de lados	Polígono
1	não existe	11	undecágono
2	não existe	12	dodecágono
3	triângulo	13	tridecágono
4	quadrilátero	14	tetradecágono
5	pentágono	15	pentadecágono
6	hexágono	16	hexadecágono
7	heptágono	17	heptadecágono
8	octógono	18	octadecágono
9	eneágono	19	eneadecágono
10	decágono	20	icoságono

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Professor Educação Infantil e Professor Educação anos Iniciais 1º Ao 5º Ano

CONHECIMENTO HISTÓRICO: CARACTERÍSTICAS E IMPORTÂNCIA SOCIAL

A história, como campo de estudo fascinante, busca ininterruptamente compreender e interpretar os acontecimentos pretéritos que deram forma ao mundo contemporâneo. O entendimento histórico, essencial para apreender nossa identidade coletiva, viabiliza a assimilação de ensinamentos advindos dos equívocos e triunfos passados, desempenhando um papel crucial na construção da consciência humana.

A índole interpretativa do conhecimento histórico é uma das suas características essenciais. Os estudiosos não se restringem a registrar fatos; buscam decifrar as causas e consequências dos eventos passados, analisando fontes primárias e secundárias por meio de diversas perspectivas e contextos culturais. Essa abordagem dinâmica possibilita que o conhecimento histórico evolua à medida que novas evidências e interpretações emergem.



Além disso, o conhecimento histórico está intrinsecamente conectado à narrativa. Os historiadores não apenas apresentam uma sucessão de eventos; procuram destacar relações causais, transformações sociais e complexidades das sociedades ao longo do tempo. A habilidade de relatar historicamente de forma precisa é fundamental para preservar a memória coletiva e transmitir sabedoria às gerações vindouras.

Outro aspecto crucial é a revisão constante e a reinterpretação do conhecimento histórico. Descobertas arqueológicas e novas abordagens teóricas alteram a compreensão dos eventos históricos, enfatizando a dinâmica intrínseca da história e a importância da abordagem crítica na análise de fontes e interpretações. Essa revisão contínua evita generalizações excessivas, proporcionando uma compreensão mais minuciosa do passado.

A relevância social do entendimento histórico é inegável. A história nos conecta com o passado, fornecendo uma base para compreender o desenvolvimento das sociedades ao longo do tempo e edificando a identidade individual e coletiva. Essa conexão com as raízes culturais e históricas é essencial para tomadas de decisão mais informadas sobre o presente e o futuro.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Ademais, o conhecimento histórico desempenha papel crucial na construção da cidadania e na participação ativa na sociedade. Ao aprender sobre os triunfos e desafios de gerações anteriores, os cidadãos desenvolvem apreciação pelos valores democráticos, direitos humanos e justiça social. A história espelha lições aprendidas e superações, inspirando ações positivas e mudanças sociais.



A preservação da memória histórica é vital para evitar a repetição de equívocos passados. O entendimento histórico alerta sobre as consequências de escolhas equivocadas, fomentando uma sociedade mais consciente e responsável. A análise histórica oferece perspectivas valiosas sobre como civilizações lidaram com desafios análogos aos atuais, fornecendo orientação para abordar questões contemporâneas.

Em síntese, o entendimento histórico é uma ferramenta robusta para compreender o passado, modelar o presente e construir um futuro consciente e justo. Suas características interpretativas, narrativas e dinâmicas evidenciam a complexidade do passado, ao passo que sua relevância social se manifesta na construção da identidade, promoção da cidadania ativa e prevenção de recorrências históricas prejudiciais. Valorizar e fomentar o estudo da história contribui para uma sociedade esclarecida, resiliente e orientada por princípios éticos.

EXPANSIONISMO EUROPEU E COLONIZAÇÃO AMERICANA

O expansionismo europeu e a colonização americana representam um capítulo significativo na história global, marcando uma época de exploração, conquista e interações culturais que deixaram uma marca duradoura em ambos os continentes. Durante o período que se estendeu do final do século XV até o século XIX, as potências europeias se lançaram em uma jornada ambiciosa para ampliar suas esferas de influência, alcançando terras distantes nas Américas, África e Ásia. Contudo, é na colonização americana que se destaca um dos fenômenos mais impactantes desse expansionismo.

Os motivos por trás do expansionismo europeu eram variados e complexos, envolvendo fatores econômicos, como a busca por novas rotas comerciais e fontes de riqueza, e motivações geopolíticas, visando fortalecer a posição das potências europeias no contexto internacional. Questões religiosas e o desejo de espalhar a fé cristã também desempenharam um papel importante nesse movimento expansionista.



A chegada de Cristóvão Colombo às Américas em 1492 marcou o início de uma era de colonização que transformaria profundamente o panorama tanto do Velho Mundo quanto do Novo Mundo. A descoberta de terras até então desconhecidas abriu caminho para uma série de expedições lideradas por exploradores como Hernán Cortés, Francisco Pizarro, John Cabot e muitos outros, que buscavam expandir os impérios europeus e explorar as vastas riquezas das Américas.

A colonização das Américas teve impactos abrangentes, envolvendo aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos. No aspecto social, o encontro entre europeus e povos indígenas resultou em uma interação complexa, levando a conflitos, trocas culturais e, eventualmente, à formação de sociedades mestiças. O choque de civilizações desencadeou um processo de aculturação, no qual elementos europeus e indígenas se entrelaçaram, formando uma nova realidade sociocultural nas Américas.

Economicamente, a colonização trouxe mudanças significativas. A exploração de recursos naturais, como ouro, prata e produtos agrícolas, enriqueceu as potências colonizadoras, mas muitas vezes à custa da exploração dos povos indígenas e da introdução do sistema de plantation, baseado na produção em larga escala de cultivos como cana-de-açúcar e tabaco, utilizando trabalho escravo africano.

No âmbito político, as colônias americanas foram frequentemente governadas por regimes coloniais, estabelecendo relações complexas entre metrópoles e territórios colonizados. A resistência dos povos nativos e as lutas por independência ao longo dos séculos XVIII e XIX marcaram o surgimento de nações latino-americanas independentes, desafiando o domínio europeu na região.

O impacto da colonização não se limitou apenas às Américas. O intercâmbio colombiano, conhecido como Troca Columbiana, alterou radicalmente os padrões de vida nas duas extremidades do Atlântico, introduzindo novas plantas, animais, tecnologias e ideias que transformaram a dieta, a agricultura e a cultura das sociedades europeias e americanas.

Apesar das complexidades e contradições envolvidas na colonização americana, é essencial compreender esse período como parte integrante da história global, que moldou as bases para as sociedades contemporâneas. As influências mútuas entre europeus e americanos, os conflitos e colaborações, as mudanças sociais e econômicas revelam as intrincadas teias da história mundial, destacando a necessidade de uma análise crítica e contextualizada desse capítulo fascinante e, por vezes, controverso da história humana.

ORGANIZAÇÃO SOCIAL DO BRASIL

A organização social do Brasil é um tema de extrema complexidade, espelhando a riqueza da diversidade cultural, étnica e socioeconômica que caracteriza o país. Ao longo de sua história, o Brasil experimentou diversas metamorfoses em sua estrutura social, sendo moldado por influências que derivam das culturas indígenas, africanas, europeias e de diversas outras origens. A compreensão dessa organização social demanda a análise de fatores fundamentais como classe social, raça, gênero e região geográfica, revelando as disparidades e as intrincadas interconexões que configuram essa sociedade plural.

No tocante às classes sociais, o Brasil apresenta uma estrutura hierárquica marcada pela divisão entre ricos e pobres, uma característica persistente ao longo do tempo. A desigualdade econômica e a concentração de renda são desafios que impactam diretamente a organização social, influenciando o acesso a serviços básicos, oportunidades educacionais e condições de vida dignas. A discrepância socioeconômica se manifesta frequentemente nas distintas realidades entre a elite econômica e as camadas mais vulneráveis da população.



A questão racial também desempenha um papel crucial na dinâmica da organização social brasileira. O país abriga uma população diversificada, forjada pelo processo histórico de colonização, escravidão e migrações. As consequências desse passado são evidentes nas relações raciais, onde a população negra frequentemente enfrenta desafios estruturais, discriminação e sub-representação em várias esferas sociais. A busca por equidade racial emerge como uma pauta central na aspiração por uma organização social mais justa e inclusiva.

A diversidade cultural do Brasil também se manifesta na organização social, especialmente nas distintas regiões do país. Cada localidade carrega suas peculiaridades, influenciadas por fatores geográficos, históricos e culturais. O Nordeste, por exemplo, preserva fortes traços da cultura nordestina, enquanto o Sul destaca-se por suas tradições germânicas e italianas. Essa diversidade regional contribui para a riqueza da identidade brasileira, mas pode também ser um vetor de desigualdades regionais, afetando o acesso a recursos e oportunidades.

No contexto da organização de gênero, o Brasil vivenciou transformações significativas nas últimas décadas. A luta pelos direitos das mulheres e a promoção da igualdade de gênero conquistaram espaço, resultando em avanços na participação feminina em diversos setores da sociedade. Contudo, desafios persistem, incluindo a violência de gênero e a sub-representação das mulheres em cargos de liderança. A conscientização sobre questões de gênero e a busca por equidade emergem como aspectos fundamentais na construção de uma organização social mais justa e inclusiva.



Além disso, a dinâmica urbano-rural contribui para a compreensão da organização social brasileira. As grandes cidades, marcadas pela diversidade cultural e pela concentração de oportunidades, contrastam com as realidades do meio rural, onde aspectos como acesso à educação e saúde podem ser mais desafiadores. A migração do campo para a cidade, historicamente significativa, também influencia a dinâmica populacional e a estrutura social do Brasil.

Em resumo, a organização social do Brasil é um tema multifacetado, permeado por uma intrincada interação de fatores históricos, culturais e socioeconômicos. A compreensão das dinâmicas sociais brasileiras exige uma abordagem holística, considerando as diversas camadas e dimensões que constituem essa sociedade em constante evolução. A promoção da justiça social, da equidade e da inclusão surge como um desafio contínuo, essencial para a construção de um Brasil mais igualitário e democrático.

PROCESSO POLÍTICO BRASILEIRO

O processo político brasileiro é uma esfera complexa e dinâmica, refletindo a intrincada natureza da democracia em um país de proporções continentais. Desde a independência em 1822, o Brasil experimentou uma série de fases políticas, transitando entre monarquia, república, regimes autoritários e, finalmente, para a atual república democrática. Nesse cenário, diversos elementos e atores contribuem para moldar o panorama político nacional.

A história política do Brasil é marcada por momentos cruciais que deixaram uma marca indelével na estrutura institucional do país. A transição do império para a república em 1889 representou uma transformação significativa, introduzindo novos conceitos de cidadania e governança. Contudo, ao longo do século XX, o Brasil enfrentou períodos de instabilidade política, incluindo golpes militares que interromperam a ordem democrática, como ocorreu em 1964.

A redemocratização do Brasil, a partir da década de 1980, representou um retorno à governança democrática, consolidado na Constituição de 1988. Este documento estabeleceu os princípios e fundamentos da ordem política, econômica e social do país, reafirmando a separação de poderes, os direitos fundamentais e a participação popular como pilares do sistema político brasileiro.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - GEOGRAFIA

Professor Educação Infantil e Professor
Educação anos Iniciais 1º Ao 5º Ano

A CARTOGRAFIA COMO MEIO DE REPRESENTAÇÃO E LEITURA DO ESPAÇO GEOGRÁFICO

A cartografia é uma ciência que se dedica ao estudo e à elaboração de mapas, ou seja, de representações gráficas do espaço geográfico. É um meio fundamental para a compreensão e leitura do mundo em que vivemos.

Através da cartografia, é possível representar de forma visual e objetiva elementos como relevo, hidrografia, vegetação, urbanização, entre outros, permitindo uma melhor compreensão e análise do espaço geográfico.

Além disso, a cartografia também é de fundamental importância para a organização e o planejamento do espaço. Ela contribui para a definição de limites territoriais, auxilia na delimitação de áreas de preservação ambiental, facilita no planejamento urbano, entre outras aplicações.

Ao interpretar um mapa, é possível obter informações sobre distâncias, localização de cidades e pontos turísticos, características naturais do ambiente, como relevo e clima, entre outros elementos. Isso auxilia tanto no conhecimento e estudo do ambiente em que vivemos, como também na tomada de decisões, seja ela pessoal, como a escolha de um local para morar, ou governamental, como a implementação de políticas públicas.

A representação do espaço geográfico por meio da cartografia não se limita apenas a representar o que existe fisicamente, mas também pode retratar aspectos culturais, históricos e sociais de uma determinada região. É uma forma de expressar a diversidade de um lugar e sua relação com o contexto global.

Com o avanço tecnológico, a cartografia atualmente conta com ferramentas digitais, como sistemas de informações geográficas (SIG) e softwares de mapeamento, que permitem a elaboração de mapas mais precisos e atualizados. Isso facilita o acesso à informação geográfica e possibilita uma representação mais completa e detalhada do espaço.

Em resumo, a cartografia é um meio essencial para a representação e leitura do espaço geográfico. Ela permite a compreensão do ambiente em que vivemos, auxilia na organização do território e na tomada de decisões, e contribui para a divulgação e o conhecimento da diversidade cultural e natural dos lugares.

A PAISAGEM E SEUS ELEMENTOS: ANÁLISE E FORMAS DE REPRESENTAR, AS DIFERENTES PAISAGENS E SUA TRANSFORMAÇÃO, A PAISAGEM E SUA RELAÇÃO COM A ATIVIDADE ECONÔMICA, PAISAGENS URBANAS E RURAIS BRASILEIRAS

A paisagem, como expressão visual do ambiente que nos cerca, revela uma interação complexa entre a natureza e as atividades humanas. A análise e representação desse cenário abrangem desde os elementos naturais até as intervenções humanas, proporcionando uma compreensão holística que destaca a diversidade de paisagens, suas transformações ao longo do tempo e a relação intrínseca com a atividade econômica.

No contexto brasileiro, a riqueza geográfica e climática do país se reflete em paisagens naturais distintas, como a exuberante Floresta Amazônica, os planaltos do Centro-Oeste, as praias deslumbrantes do Nordeste e a vastidão do Pantanal.



A representação da paisagem pode adotar diversas formas, incluindo pinturas, fotografias, mapas e a observação direta. Para uma análise completa, é necessário considerar não apenas o aspecto visual, mas também os processos ecológicos, interações sociais e as atividades econômicas que moldam o ambiente. Ao longo do tempo, as transformações na paisagem, resultado tanto da dinâmica natural quanto das atividades humanas como urbanização, agricultura intensiva e industrialização, deixam marcas visíveis, incluindo a expansão de áreas urbanas e a conversão de ecossistemas naturais.

A relação intrínseca entre paisagem e atividade econômica torna-se evidente nas áreas onde a geografia favorece práticas específicas. A agricultura, moldando extensas áreas rurais, contrasta com os centros urbanos que refletem a concentração de atividades

comerciais e industriais. No Brasil, a exploração de recursos naturais, como mineração e exploração florestal, também influencia a paisagem, levantando preocupações sobre a sustentabilidade dessas práticas.



As paisagens urbanas e rurais representam extremos na escala da transformação humana, apresentando contrastes marcantes. As áreas urbanas, caracterizadas por edifícios, infraestruturas densas e população concentrada, contrastam com as paisagens rurais, marcadas por extensões agrícolas, pequenas comunidades e uma conexão mais direta com os recursos naturais. Nas metrópoles brasileiras como São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, as paisagens urbanas pulsantes refletem centros de atividade econômica, cultura e vida social, destacando-se por arranha-céus, zonas industriais e redes complexas de infraestruturas. Em contrapartida, as áreas rurais, especialmente nas regiões agrícolas do país, exibem paisagens dominadas por plantações extensivas, pequenas comunidades e uma relação mais próxima com a produção de alimentos.

Resumindo, a análise da paisagem e seus elementos oferece uma compreensão multidimensional da interação entre natureza e sociedade. A diversidade de paisagens, suas transformações, a influência da atividade econômica e as distinções entre ambientes urbanos e rurais contribuem para uma visão holística do espaço geográfico. Ao examinar a paisagem, somos guiados por uma narrativa visual que revela a história, a cultura e as escolhas humanas que moldam nosso entorno.

O TRABALHO HUMANO E O ESPAÇO GEOGRÁFICO: INTERFERÊNCIAS NOS ELEMENTOS NATURAIS. A POPULAÇÃO E A CULTURA BRASILEIRA E MARANHENSE

A interação entre a atividade laboral humana e o espaço geográfico estabelece uma ligação intrincada, influenciando e sendo influenciada por forças recíprocas que geram impactos significativos nos elementos naturais. Ao longo do curso histórico, as práticas de trabalho têm deixado marcas visíveis no entorno, desde as alterações na paisagem até as mudanças nos ecossistemas naturais. Essa interação complexa não apenas evidencia a habilidade humana de adaptar o ambiente para atender às suas necessidades, mas também destaca os desafios inerentes a essas intervenções.

No Brasil, um país de vastidão continental, a atuação humana desempenhou um papel crucial na ocupação e exploração de diversas áreas geográficas. Desde os primórdios da colonização, atividades extrativistas, como a busca por ouro e pedras preciosas, tiveram impactos duradouros nas paisagens, deixando marcas ainda visíveis em alguns lugares. A expansão da agricultura, a construção de vias e a urbanização são outras formas pelas quais o trabalho humano moldou o espaço geográfico brasileiro.

A população, por sua vez, é um componente essencial nessa equação. O aumento demográfico e os padrões de distribuição populacional no território brasileiro têm apresentado desafios específicos, como a urbanização concentrada, a pressão sobre os recursos naturais e a demanda por infraestrutura para atender às necessidades de uma sociedade em constante evolução. As cidades expandem-se, demandando espaço para habitação, comércio e serviços, e esse crescimento, muitas vezes, ocorre de maneira desordenada, afetando a qualidade de vida e o equilíbrio ambiental.

A cultura brasileira, intrinsecamente relacionada ao trabalho e ao espaço geográfico, revela uma ampla diversidade formada por influências históricas, étnicas e regionais. A miscigenação, decorrente do encontro entre indígenas, europeus e africanos, contribuiu para a formação de uma identidade cultural singular. As práticas culturais, as manifestações artísticas, a culinária e as festividades populares são reflexos dessa fusão de influências, demonstrando como o trabalho humano não apenas modifica o ambiente físico, mas também modela as tradições e o modo de vida.

As atividades econômicas, intimamente vinculadas ao trabalho humano, desempenham um papel crucial na configuração do espaço geográfico. A exploração de recursos naturais, a agricultura, a indústria e os serviços têm impactos diretos na ocupação do território e nas características das distintas regiões brasileiras. As dinâmicas econômicas, frequentemente concentradas em áreas específicas, geram desigualdades regionais e influenciam a migração populacional, originando fluxos que continuamente moldam o espaço geográfico.

As questões ambientais também surgem como consequências das intervenções humanas no espaço geográfico. O desmatamento, a poluição dos recursos hídricos, as mudanças climáticas e a redução da biodiversidade representam desafios contemporâneos que demandam uma reflexão sobre as práticas de trabalho e o modelo de desenvolvimento adotado. A conscientização sobre a necessidade de preservação ambiental e a busca por práticas sustentáveis tornam-se elementos cruciais para atenuar os impactos adversos das atividades humanas no espaço geográfico.

Desse modo, a interação entre o trabalho humano e o espaço geográfico é intrinsecamente complexa, resultando em influências recíprocas de natureza multifacetada. Compreender essa relação é imperativo para promover um desenvolvimento sustentável que valorize não apenas o crescimento econômico, mas também a preservação do meio ambiente e o respeito à diversidade cultural. O desafio reside em encontrar um equilíbrio que assegure que as intervenções no espaço geográfico promovam a prosperidade social, econômica e ambiental, sem comprometer as futuras gerações.

POPULAÇÃO MARANHENSE

— Dados IBGE

População
 População no último censo [2022] ----- 6.775.805 pessoas
 Densidade demográfica [2022] ----- 20,55 habitante por quilômetro quadrado
 Total de veículos [2022] ----- 2.031.236 veículos

Educação

IDEB – Anos iniciais do ensino fundamental (Rede pública) [2021] ----- 4,7
 IDEB – Anos finais do ensino fundamental (Rede pública) [2021] ----- 4,2
 Matrículas no ensino fundamental [2021] ----- 1.112.636 matrículas
 Matrículas no ensino médio [2021] ----- 279.213 matrículas
 Docentes no ensino fundamental [2021] ----- 65.464 docentes
 Docentes no ensino médio [2021] ----- 15.893 docentes
 Número de estabelecimentos de ensino fundamental [2021] --- -- 9.236 escolas
 Número de estabelecimentos de ensino médio [2021] ----- 1.015 escolas

Economia

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) [2021] ----- 0,676
 Receitas orçamentárias realizadas [2017] ----- 18.503.261,35 R\$ (×1000)
 Despesas orçamentárias empenhadas [2017] ----- 17.627.170,76 R\$ (×1000)
 Número de agências [2021] ----- 307 agências
 Depósitos a prazo [2021] ----- 6.567.719.192,00 R\$
 Depósitos à vista [2021] ----- 3.480.421.275,00 R\$
 Área urbanizada [2019] ----- 1.544,71 km²

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil mostrou avanços em 2013, consolidando um padrão de crescimento constante observado ao longo das últimas três décadas nas três dimensões avaliadas pelo índice: expectativa de vida longa e saudável, acesso à educação e padrão de vida digno. Em 2013, o IDH do Brasil atingiu 0,744, uma melhoria em relação a 2012 que elevou o país ao 79º lugar entre os 187 países e territórios analisados pela ONU.

Especificamente no Estado do Maranhão, o IDH registrado foi de 0,639, posicionando-o como o penúltimo no ranking nacional, à frente apenas do Estado de Alagoas. O desenvolvimento do Maranhão é classificado como médio segundo os critérios das Nações Unidas.

Critérios de Avaliação do IDH

- **Saúde:** a expectativa de vida ao nascer é o indicador utilizado.
- **Educação:** considera-se uma combinação de duas variáveis: a média de anos de estudo da população com 25 anos ou mais e a expectativa de anos de estudo.
- **Renda:** medida pela Renda Nacional Bruta per capita.

Crescimento populacional

Censo	Pop.	%±
1872	359 040	
1890	430 854	20,0%
1900	499 308	15,9%
1920	874 337	75,1%
1940	1 235 169	41,3%
1950	1 583 248	28,2%
1960	2 492 139	57,4%
1970	3 037 135	21,9%
1980	4 097 231	34,9%
1991	4 929 029	20,3%
2000	5 657 552	14,8%
2010	6 574 789	16,2%
2022	6 776 699	3,1%

Composição étnica do Maranhão (2010)

A composição étnica do Maranhão, conforme dados de 2010, reflete a rica diversidade cultural do estado:

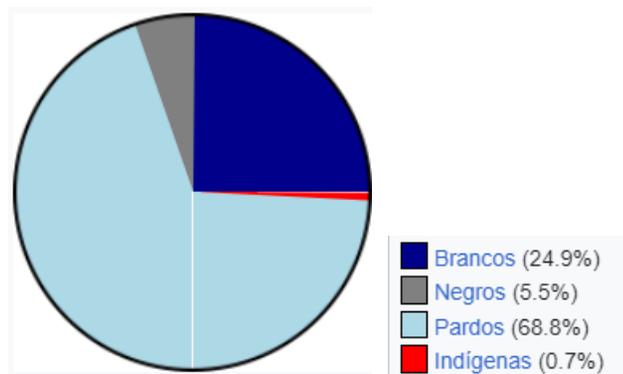
– **Branços:** 24.9%, predominantemente descendentes de portugueses, com uma pequena parcela de outros europeus, sírios e libaneses que migraram no início e no meio do século XX.

– **Negros:** 5.5%, herança do intenso tráfico de escravos entre os séculos XVIII e XIX, com origens primárias na Costa da Mina e Guiné.

– **Pardos:** 68.8%, resultado da miscigenação entre indígenas, africanos e europeus, refletindo a longa história de interações culturais e sociais.

– **Indígenas:** 0.7%, incluindo os grupos linguísticos macro-jê e tupi, com várias comunidades ainda lutando por reconhecimento étnico e demarcação de terras.

O Maranhão é um dos estados mais miscigenados do Brasil, evidência da histórica concentração de escravos indígenas e africanos nas lavouras de cana-de-açúcar, arroz e algodão. A influência cultural europeia, principalmente portuguesa, ainda é predominante, mas as tradições africanas são igualmente marcantes na culinária, religião, festas e música do estado.



Grupos Indígenas no Maranhão

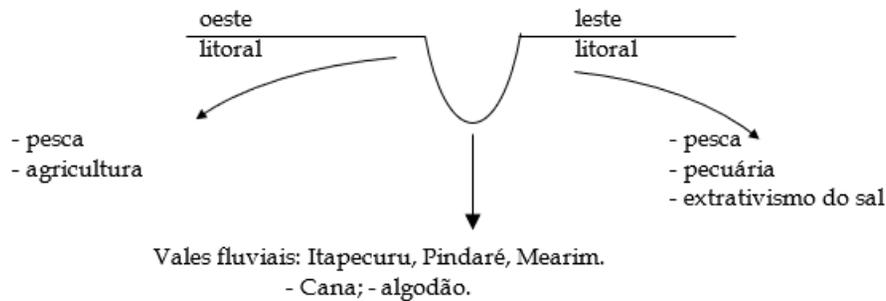
- **Macro-Jê:** grupos como os Timbira (Kanela Apanyekra e Ramkokamekra, Krikati, Gavião Pukobyê, Krepumkateyê e Krenyê).
- **Tupi:** grupos como os Guajajara e Tembê, Urubu-Kaapor e Awá-Guajá, principalmente localizados na Amazônia Maranhense e Alto Mearim.

Os primeiros colonos organizados no Maranhão foram açorianos, chegando em 1619 com Estácio da Silveira. Outras levas de colonos portugueses se seguiram nos anos subsequentes, fortalecendo a presença portuguesa e influenciando significativamente a cultura local até hoje.

Povoamento

O Maranhão apresenta uma configuração trapezoidal, resultado do processo histórico de ocupação territorial e do desenvolvimento de atividades econômicas. Durante a ocupação do território, é possível identificar três principais correntes migratórias:

- **Corrente Litorânea:** esta corrente se desenvolveu ao longo dos séculos XVII a XIX nos vales dos rios Itapecuru, Mearim e Pindaré, tanto no litoral ocidental quanto oriental. A migração foi impulsionada pela interiorização das culturas de algodão, cana-de-açúcar e arroz.

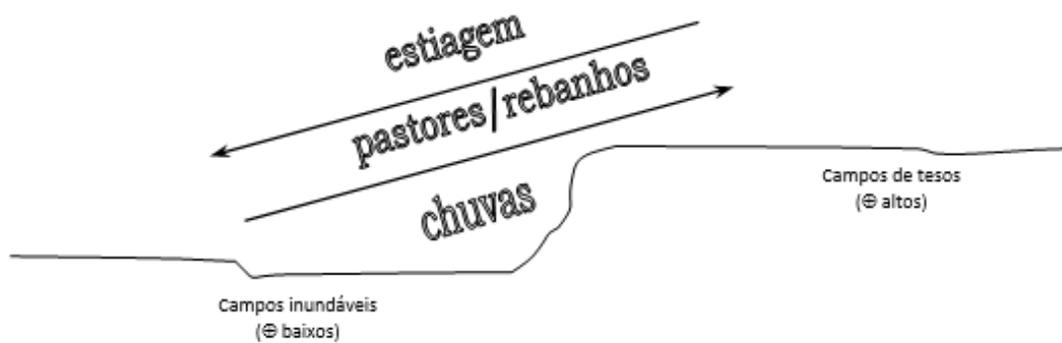


- **Corrente da Pecuária:** originada no caminho do São Francisco, essa corrente migratória chegou ao Maranhão pela região de Pastos Bons, no sul, durante o século XVII. Ela se expandiu por quase todo o território maranhense, estabelecendo a pecuária como uma importante atividade econômica.

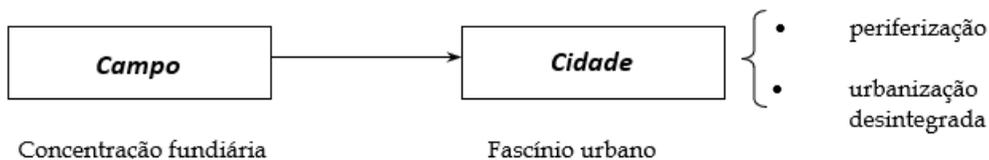
- **Corrente da Seca ou Sertaneja:** surgiu como uma rota migratória na primeira metade do século XX, motivada pelas secas no sertão e pelo declínio da economia da borracha na extremidade ocidental do norte brasileiro. Esta corrente direcionou os migrantes para o oeste do Maranhão, em busca de novas oportunidades.

Maranhão: principais migrações internas

a) Transumância: Baixada Maranhense



b) Êxodo rural: Principal causa: fatores de estagnação.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Professor Educação Infantil e Professor Educação anos Iniciais 1º Ao 5º Ano

PLANETA TERRA

Origem e Evolução da Terra

Para compreender a formação do Planeta Terra, é necessário compreender a formação do Sistema Solar

Há aproximadamente 6 bilhões de anos o sistema solar era uma nuvem de gás e poeira em processo de resfriamento e contração. As partículas, que estavam em movimento desordenado, chocavam-se e se agregavam, formando pequenos fragmentos de rocha.

O choque entre estes fragmentos gerava energia, e conseqüente elevação da temperatura nestes corpos. A gravidade exercida por estes fragmentos de rocha se intensificava na medida em que eles ficavam maiores, o que criou um ordenamento no movimento onde fragmentos de maior massa atraíam os de menor massa.

Há aproximadamente 4,5 bilhões de anos o sistema solar era composto por grandes corpos rochosos girando em torno do Sol. A Terra era um grande corpo de matéria pastosa incandescente, em processo de resfriamento (de fora para dentro). O ferro, por ser mais pesado, formou o núcleo do planeta. Outros compostos como Silício e Óxidos metálicos formaram o manto. Com o resfriamento do planeta, abaixo dos 1500 graus celsius.

A superfície da terra (a crosta terrestre) começou a se solidificar. Parte das substâncias que compunham o manto formou os gases que deram origem à atmosfera (metano, nitrogênio e amônia, e outros elementos como hidrogênio e oxigênio).

Com o resfriamento, o vapor de água contido nesta atmosfera primitiva passou a se condensar e precipitar. Com o passar do tempo, essa precipitação formou os oceanos, e proporcionou a formação das primeiras rochas sedimentares (ação intempérica das chuvas nas rochas que formavam a crosta). Embora a crosta já estivesse solidificada, o manto não. Mesmo resfriando, o manto se encontra em estado pastoso até hoje. O magma que compõe o manto se movimenta e gera o movimento da crosta (tectonismo), causando dobramento e fraturas nas rochas.

O magma que extravasa para a superfície forma as rochas ígneas. Os primeiros microrganismos surgiram nos oceanos, favorecidos pelo resfriamento do planeta. O núcleo metálico da terra gera um campo eletromagnético que protege a superfície da terra da radiação emitida pelo Sol, e acaba por proteger os organismos vivos.

SISTEMA SOLAR

A formação do universo e do Sistema Solar é uma das maiores questões da astronomia e cosmologia. De acordo com a teoria do Big Bang, o universo surgiu há cerca de 13,8 bilhões de anos a partir de uma grande explosão. Durante os primeiros momentos do universo, o universo era extremamente quente e denso, com toda a matéria e energia concentrada em um ponto. Conforme o universo se expandiu, ele esfriou e a matéria se condensou em galáxias, estrelas e planetas.

O Sistema Solar se formou há cerca de 4,6 bilhões de anos a partir de uma nuvem de gás e poeira em rotação. A maior parte da matéria se acumulou no centro, formando o Sol. As partículas restantes se aglutinaram para formar planetas, incluindo a Terra. Acredita-se que a Terra tenha se formado a partir de colisões sucessivas de objetos menores, que eventualmente se uniram para formar um corpo sólido.

Sistema Solar

É formado pelo conjunto de oito planetas, e pelos diversos objetos e corpos celestes (asteroides, cometas) que orbitam a principal estrela dele: o Sol. Cada um se mantém em sua respectiva órbita em virtude da intensa força gravitacional exercida pelo astro, que possui massa muito maior que a de qualquer outro planeta.

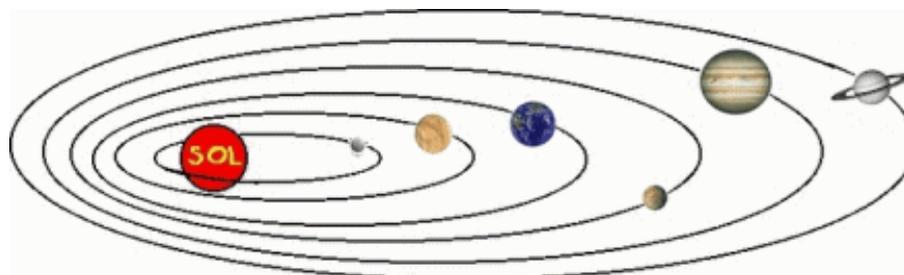
Os corpos mais importantes do sistema solar são os oito planetas que giram ao redor do sol, descrevendo órbitas elípticas, isto é, órbitas semelhantes a circunferências ligeiramente excêntricas.

Observação¹: Plutão foi considerado um planeta do sistema solar, durante décadas. Contudo, em agosto de 2006, a União Astronômica Internacional (IAU) classificou esse corpo celeste como um dos três planetas anões: Ceres, Eris e Plutão. Essa decisão foi motivada pelas características de Plutão, em especial pela sua forma e tamanho."

O sol não está exatamente no centro dessas órbitas, razão pela qual os planetas podem encontrar-se, às vezes, mais próximos ou mais distantes do astro.

¹ Disponível em www.brasilecola.uol.com.br Acesso em 15.09.2022

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS



O sol e o Sistema Solar tiveram origem há 4,5 bilhões de anos a partir de uma nuvem de gás e poeira que girava ao redor de si mesma.

Sistema solar em escala

É constituído por astros extremamente diferenciados entre si. Apresentam peculiaridades individuais e estão situados em órbitas bastante distanciadas umas das outras. Os diâmetros de seus astros bem como as distâncias entre eles são apresentados fora de escala, passando uma imagem muito aquém do que seja nosso Sistema Planetário.

A partir deste novo conceito, os planetas e outros corpos do Sistema Solar ficaram definidos em três categorias distintas:

Planetas clássicos – “são corpos celestes que orbitam o Sol, que tem massa suficiente para ter gravidade própria para superar as forças rígidas de um corpo de modo que assuma uma forma equilibrada hidrostática, ou seja, redonda e que definiram as imediações de suas órbitas”. São eles: Mercúrio, Vênus, Terra, Marte, Júpiter, Saturno, Urano e Netuno;

Planetas anões – “são corpos celestes que orbitam o Sol, que tem massa suficiente para ter gravidade própria para superar as forças rígidas de um corpo de modo que assumam uma forma equilibrada hidrostática, ou seja, redonda, mas que não definiram as imediações de suas órbitas e que não são satélites.” Até o momento são considerados planetas anões: Plutão, Eris (UB303 ou Xena) e Ceres. Porém existem 12 outros corpos do Sistema Solar que estão na lista de possíveis planetas anões da União Astronômica Internacional, dependendo de mais estudos para que sejam classificados como planetas anões ou como pequenos corpos do Sistema Solar;

Pequenos corpos – “todos os outros corpos que orbitam o Sol, que não sejam satélites, serão referidos coletivamente desta forma”.



DIA E NOITE

Antigamente, para saber o melhor momento de caçar e plantar, entre outras atividades, as civilizações observavam a natureza, ou seja, utilizavam-se de fenômenos naturais periódicos.

A unidade básica para a contagem do tempo é o **dia**, que corresponde ao período de tempo entre dois eventos equivalentes sucessivos: por exemplo, o intervalo de tempo entre duas ocorrências do nascer do Sol, que corresponde, em média (dia solar médio), a 24 horas.

O dia e a noite estão relacionados com o movimento de rotação da Terra. Esse é quando a Terra gira em torno do seu próprio eixo. Ela gira no sentido Oeste-Leste. É o Sol que ilumina a Terra. Enquanto a Terra gira, em um lado que está iluminado, é dia. No outro, está escuro e é noite.

ESTAÇÕES DO ANO

A Terra orbita o Sol, realizando um movimento de translação, que leva cerca de um ano. O intervalo de tempo que corresponde a um ano com quatro fases climáticas bem definidas, ou estações, que se sucedem: primavera, verão, outono e inverno.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

A inclinação do eixo de rotação da Terra é determinante para que os raios solares não cheguem com a mesma intensidade em toda a parte iluminada da superfície terrestre.

LITOSFERA

Camada sólida externa da Terra, é composta por minerais, rochas e solo; abrange a crosta terrestre, bem como a parte superior do manto. É ela a responsável por sustentar a vida, bem como, abrigar diversas formações geológicas, como:

As montanhas, as planícies e os planaltos. Nessa esfera ocorrem os processos geológicos, como a formação de cadeias de montanhas, bem como os terremotos e vulcões.

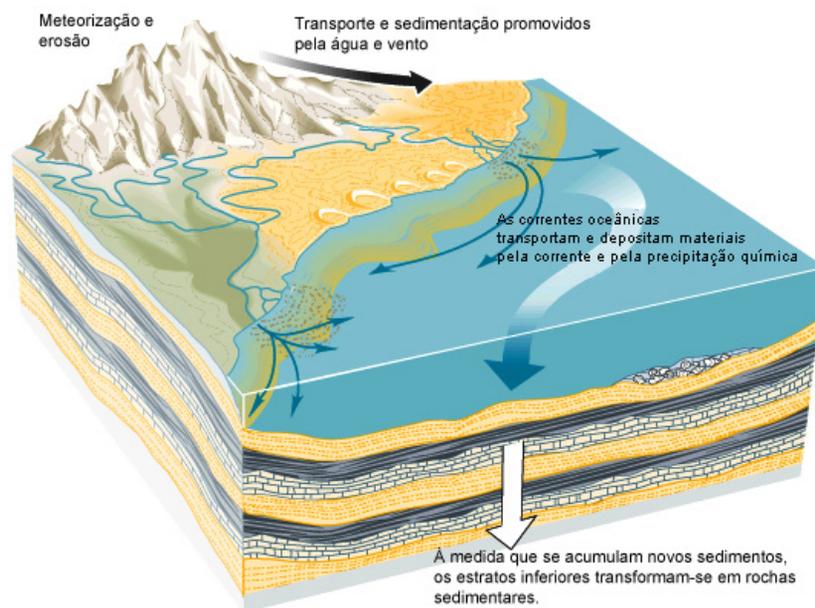
ROCHAS

A crosta terrestre possui várias camadas compostas por três tipos de rochas, que são formadas pela mistura de diferentes materiais. Essas rochas podem ser:

– Rochas magmáticas ou ígneas: são originadas do interior da Terra, onde são fundidas em altíssima temperatura. Nas erupções de vulcões, essas rochas são lançadas do interior da Terra, para a superfície. Sofrem, então, resfriamento rápido e se solidificam. Outras vezes, ficam nas proximidades da superfície, onde se resfriam lentamente e, também, se solidificam.

– Rochas sedimentares: se forma a partir de mudanças ocorridas em outras rochas. Chuva vento, água dos rios, ondas do mar: tudo isso vai, aos poucos, fragmentando as rochas em grãos de minerais. Pouco a pouco, ao longo de milhares de anos, até o granito mais sólido se transforma em pequenos fragmentos. Esse processo é chamado de intemperismo.

Os fragmentos de rochas são transportados pelos ventos ou pela água da chuva até os rios, que, por sua vez, os levam para o fundo de lagos e oceanos. Lá os fragmentos vão se depositando em camadas. Esses fragmentos ou sedimentos vão se acumulando ao longo do tempo. As camadas de cima exercem pressão sobre as camadas de baixo, compactando-as. Essa pressão acaba por agrupar e cimentar os fragmentos e endurece a massa formada. É assim que surgem as rochas sedimentares.

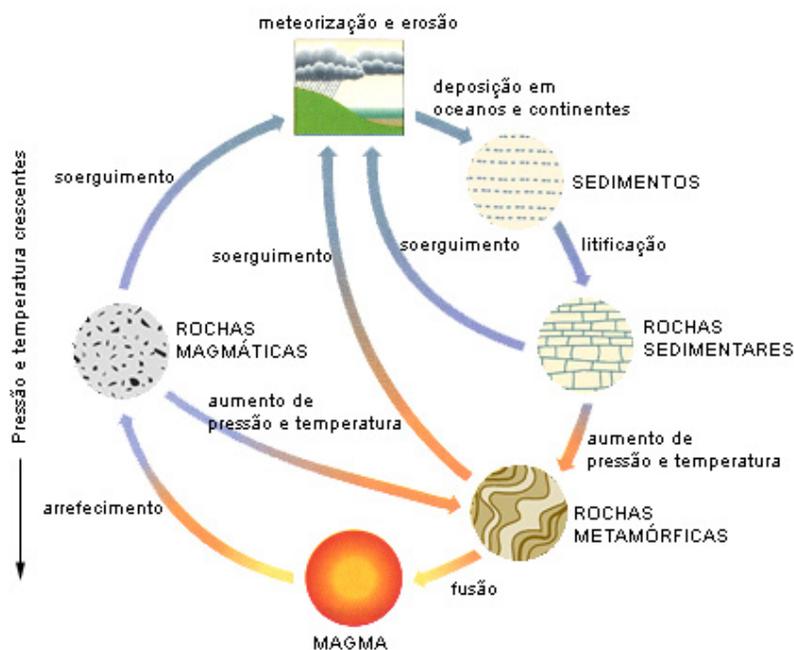


– Rochas metamórficas: são assim chamadas porque se originam da transformação de rochas magmáticas ou sedimentares por processos que alteram a organização dos átomos de seus minerais. Surge, então, uma nova rocha, com outras propriedades e, às vezes, com outros minerais. Muitas rochas metamórficas se formam quando rochas de outro tipo são submetidas a intensas pressões ou elevadas temperaturas.

Ciclo das rochas

As rochas magmáticas são formadas tanto pela cristalização do magma no interior da terra como pela lava liberada dos vulcões.

Mas as rochas magmáticas - e também as metamórficas - podem ser quebradas em pequenos pedaços ou fragmentos que se acumulam em camadas de sedimentos e acabam se transformando, por compressão, em rochas sedimentares



FÓSSEIS

Fósseis são restos ou vestígios de organismos que viveram no passado e que foram preservados em materiais geológicos, como rochas sedimentares. Eles fornecem evidências diretas de formas de vida antigas e são fundamentais para o estudo da paleontologia, a ciência que investiga a história da vida na Terra.

— Tipos de Fósseis

Fósseis Corporais

- Ossos e Dentes: restos mais comuns de vertebrados.
- Conchas e exoesqueletos: restos comuns de invertebrados, como moluscos e artrópodes.
- Impressões de Plantas: restos de folhas, sementes e outros tecidos vegetais.

Fósseis Icnofósseis (ou Fósseis de Traços)

- Pegadas e Rastros: marcas deixadas por animais em superfícies moles que depois se endureceram.
- Tocas e Buracos: estruturas escavadas por organismos no solo ou em substratos sedimentares.
- Coprólitos: fezes fossilizadas que fornecem informações sobre a dieta dos organismos.

Fósseis de Molde e Elenco

- Moldes: formados quando os restos orgânicos se dissolvem completamente, deixando uma cavidade.
- Elencos: formados quando a cavidade de um molde é preenchida com sedimentos ou minerais que se solidificam.
- Âmbar: resina fossilizada que pode conter pequenos organismos, como insetos, plantas e até pequenos vertebrados.

— Formação de Fósseis

A fossilização é um processo que pode ocorrer de várias maneiras, mas geralmente envolve as seguintes etapas:

- Morte do Organismo: o organismo morre e seus restos depositam-se em um ambiente onde são rapidamente cobertos por sedimentos.
- Enterramento Rápido: a rápida cobertura por sedimentos protege os restos da decomposição e da ação de predadores e outros agentes.
- Mineralização: com o tempo, os restos orgânicos são gradualmente substituídos por minerais presentes nas águas subterrâneas, que precipitam nos espaços vazios deixados pela decomposição.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Professor Educação anos Iniciais 1º Ao 5º Ano

A LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL Nº 9.394/96 E SUAS ALTERAÇÕES

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I DA EDUCAÇÃO

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

TÍTULO II DOS PRINCÍPIOS E FINS DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII - valorização do profissional da educação escolar;

VIII – gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos respectivos Estados e Municípios e do Distrito Federal; (Redação dada pela Lei nº 14.644, de 2023)

IX - garantia de padrão de qualidade; (Vide Decreto nº 11.713, de 2023)

X - valorização da experiência extra-escolar;

XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

XII - consideração com a diversidade étnico-racial. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Lei nº 13.632, de 2018)

XIV - respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva. (Incluído pela Lei nº 14.191, de 2021)

TÍTULO III DO DIREITO À EDUCAÇÃO E DO DEVER DE EDUCAR

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada da seguinte forma: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

a) pré-escola; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

b) ensino fundamental; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

c) ensino médio; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

II - educação infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

IV - acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio para todos os que não os concluíram na idade própria; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola;

VIII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

IX – padrões mínimos de qualidade do ensino, definidos como a variedade e a quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem adequados à idade e às necessidades específicas de cada estudante, inclusive mediante a provisão de mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos apropriados; (Redação dada pela Lei nº 14.333, de 2022)

X – vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir do dia em que completar 4 (quatro) anos de idade. (Incluído pela Lei nº 11.700, de 2008).

XI – alfabetização plena e capacitação gradual para a leitura ao longo da educação básica como requisitos indispensáveis para a efetivação dos direitos e objetivos de aprendizagem e para o desenvolvimento dos indivíduos. (Incluído pela Lei nº 14.407, de 2022)

XII - educação digital, com a garantia de conectividade de todas as instituições públicas de educação básica e superior à internet em alta velocidade, adequada para o uso pedagógico, com o desenvolvimento de competências voltadas ao letramento digital de jovens e adultos, criação de conteúdos digitais, comunicação e colaboração, segurança e resolução de problemas. (Incluído pela Lei nº 14.533, de 2023) (Vide Decreto nº 11.713, de 2023)

Parágrafo único. Para efeitos do disposto no inciso XII do caput deste artigo, as relações entre o ensino e a aprendizagem digital deverão prever técnicas, ferramentas e recursos digitais que fortaleçam os papéis de docência e aprendizagem do professor e do aluno e que criem espaços coletivos de mútuo desenvolvimento. (Incluído pela Lei nº 14.533, de 2023)

Art. 4º-A. É assegurado atendimento educacional, durante o período de internação, ao aluno da educação básica internado para tratamento de saúde em regime hospitalar ou domiciliar por tempo prolongado, conforme dispuser o Poder Público em regulamento, na esfera de sua competência federativa. (Incluído pela Lei nº 13.716, de 2018).

Art. 5º O acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigi-lo. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

§1º O poder público, na esfera de sua competência federativa, deverá: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

I - recensear anualmente as crianças e adolescentes em idade escolar, bem como os jovens e adultos que não concluíram a educação básica; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

II - fazer-lhes a chamada pública;

III - zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

IV - divulgar a lista de espera por vagas nos estabelecimentos de educação básica de sua rede, inclusive creches, por ordem de colocação e, sempre que possível, por unidade escolar, bem como divulgar os critérios para a elaboração da lista. (Incluído pela Lei nº 14.685, de 2023)

§2º Em todas as esferas administrativas, o Poder Público assegurará em primeiro lugar o acesso ao ensino obrigatório, nos termos deste artigo, contemplando em seguida os demais níveis e modalidades de ensino, conforme as prioridades constitucionais e legais.

§3º Qualquer das partes mencionadas no caput deste artigo tem legitimidade para peticionar no Poder Judiciário, na hipótese do §2º do art. 208 da Constituição Federal, sendo gratuita e de rito sumário a ação judicial correspondente.

§4º Comprovada a negligência da autoridade competente para garantir o oferecimento do ensino obrigatório, poderá ela ser imputada por crime de responsabilidade.

§5º Para garantir o cumprimento da obrigatoriedade de ensino, o Poder Público criará formas alternativas de acesso aos diferentes níveis de ensino, independentemente da escolarização anterior.

Art. 6º É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica a partir dos 4 (quatro) anos de idade. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

Art. 7º O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

I - cumprimento das normas gerais da educação nacional e do respectivo sistema de ensino;

II - autorização de funcionamento e avaliação de qualidade pelo Poder Público;

III - capacidade de autofinanciamento, ressalvado o previsto no art. 213 da Constituição Federal.

Art. 7º-A Ao aluno regularmente matriculado em instituição de ensino pública ou privada, de qualquer nível, é assegurado, no exercício da liberdade de consciência e de crença, o direito de, mediante prévio e motivado requerimento, ausentar-se de prova ou de aula marcada para dia em que, segundo os preceitos de sua religião, seja vedado o exercício de tais atividades, devendo-se-lhe atribuir, a critério da instituição e sem custos para o aluno, uma das seguintes prestações alternativas, nos termos do inciso VIII do caput do art. 5º da Constituição Federal: (Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019) (Vigência)

I - prova ou aula de reposição, conforme o caso, a ser realizada em data alternativa, no turno de estudo do aluno ou em outro horário agendado com sua anuência expressa; (Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019) (Vigência)

II - trabalho escrito ou outra modalidade de atividade de pesquisa, com tema, objetivo e data de entrega definidos pela instituição de ensino. (Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019) (Vigência)

§1º A prestação alternativa deverá observar os parâmetros curriculares e o plano de aula do dia da ausência do aluno. (Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019) (Vigência)

§2º O cumprimento das formas de prestação alternativa de que trata este artigo substituirá a obrigação original para todos os efeitos, inclusive regularização do registro de frequência. (Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019) (Vigência)

§3º As instituições de ensino implementarão progressivamente, no prazo de 2 (dois) anos, as providências e adaptações necessárias à adequação de seu funcionamento às medidas previstas neste artigo. (Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019) (Vigência) (Vide parágrafo único do art. 2)

§4º O disposto neste artigo não se aplica ao ensino militar a que se refere o art. 83 desta Lei. (Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019) (Vigência)

**TÍTULO IV
DA ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NACIONAL**

Art. 8º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino. (Vide Decreto nº 11.713, de 2023)

§1º Caberá à União a coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais.

§2º Os sistemas de ensino terão liberdade de organização nos termos desta Lei.

Art. 9º A União incumbir-se-á de: (Regulamento)

I - elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;

II - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais do sistema federal de ensino e o dos Territórios;

III - prestar assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e o atendimento prioritário à escolaridade obrigatória, exercendo sua função redistributiva e supletiva;

IV - estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum;

IV-A - estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, diretrizes e procedimentos para identificação, cadastramento e atendimento, na educação básica e na educação superior, de alunos com altas habilidades ou superdotação; (Incluído pela Lei nº 13.234, de 2015)

V - coletar, analisar e disseminar informações sobre a educação;

VI - assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino;

VII - baixar normas gerais sobre cursos de graduação e pós-graduação;

VII-A - assegurar, em colaboração com os sistemas de ensino, processo nacional de avaliação das instituições e dos cursos de educação profissional técnica e tecnológica; (Incluído pela Lei nº 14.645, de 2023)

VIII - assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, com a cooperação dos sistemas que tiverem responsabilidade sobre este nível de ensino;

IX - autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino. (Vide Lei nº 10.870, de 2004)

§1º Na estrutura educacional, haverá um Conselho Nacional de Educação, com funções normativas e de supervisão e atividade permanente, criado por lei.

§2º Para o cumprimento do disposto nos incisos V a IX, a União terá acesso a todos os dados e informações necessários de todos os estabelecimentos e órgãos educacionais.

§3º As atribuições constantes do inciso IX poderão ser delegadas aos Estados e ao Distrito Federal, desde que mantenham instituições de educação superior.

Art. 10. Os Estados incumbir-se-ão de:

I - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino;

II - definir, com os Municípios, formas de colaboração na oferta do ensino fundamental, as quais devem assegurar a distribuição proporcional das responsabilidades, de acordo com a população a ser atendida e os recursos financeiros disponíveis em cada uma dessas esferas do Poder Público;

III - elaborar e executar políticas e planos educacionais, em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação, integrando e coordenando as suas ações e as dos seus Municípios;

IV - autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino;

V - baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;

VI - assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio a todos que o demandarem, respeitado o disposto no art. 38 desta Lei; (Redação dada pela Lei nº 12.061, de 2009)

VII - assumir o transporte escolar dos alunos da rede estadual. (Incluído pela Lei nº 10.709, de 31.7.2003)

VIII - instituir, na forma da lei de que trata o art. 14, Conselhos Escolares e Fóruns dos Conselhos Escolares. (Incluído pela Lei nº 14.644, de 2023)

Parágrafo único. Ao Distrito Federal aplicar-se-ão as competências referentes aos Estados e aos Municípios.

Art. 11. Os Municípios incumbir-se-ão de:

I - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados;

II - exercer ação redistributiva em relação às suas escolas;

III - baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;

IV - autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos do seu sistema de ensino;

V - oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.

VI - assumir o transporte escolar dos alunos da rede municipal. (Incluído pela Lei nº 10.709, de 31.7.2003)

VII - instituir, na forma da lei de que trata o art. 14, Conselhos Escolares e Fóruns dos Conselhos Escolares. (Incluído pela Lei nº 14.644, de 2023)

Parágrafo único. Os Municípios poderão optar, ainda, por se integrar ao sistema estadual de ensino ou compor com ele um sistema único de educação básica.

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

I - elaborar e executar sua proposta pedagógica;

II - administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;

III - assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas;

IV - velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;

V - prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento;

VI - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;

VII - informar pai e mãe, conviventes ou não com seus filhos, e, se for o caso, os responsáveis legais, sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola; (Redação dada pela Lei nº 12.013, de 2009)

VIII – notificar ao Conselho Tutelar do Município a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima de 30% (trinta por cento) do percentual permitido em lei; (Redação dada pela Lei nº 13.803, de 2019)

IX - promover medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência, especialmente a intimidação sistemática (bullying), no âmbito das escolas; (Incluído pela Lei nº 13.663, de 2018)

X - estabelecer ações destinadas a promover a cultura de paz nas escolas. (Incluído pela Lei nº 13.663, de 2018)

XI - promover ambiente escolar seguro, adotando estratégias de prevenção e enfrentamento ao uso ou dependência de drogas. (Incluído pela Lei nº 13.840, de 2019)

XII – instituir, na forma da lei de que trata o art. 14, os Conselhos Escolares. (Incluído pela Lei nº 14.644, de 2023)

Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:

I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

III - zelar pela aprendizagem dos alunos;

IV - estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;

V - ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;

VI - colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

Art. 14. Lei dos respectivos Estados e Municípios e do Distrito Federal definirá as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: (Redação dada pela Lei nº 14.644, de 2023)

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II – participação das comunidades escolar e local em Conselhos Escolares e em Fóruns dos Conselhos Escolares ou equivalentes. (Redação dada pela Lei nº 14.644, de 2023)

§1º O Conselho Escolar, órgão deliberativo, será composto do Diretor da Escola, membro nato, e de representantes das comunidades escolar e local, eleitos por seus pares nas seguintes categorias: (Incluído pela Lei nº 14.644, de 2023)

I – professores, orientadores educacionais, supervisores e administradores escolares; (Incluído pela Lei nº 14.644, de 2023)

II – demais servidores públicos que exerçam atividades administrativas na escola; (Incluído pela Lei nº 14.644, de 2023)

III – estudantes; (Incluído pela Lei nº 14.644, de 2023)

IV – pais ou responsáveis; (Incluído pela Lei nº 14.644, de 2023)

V – membros da comunidade local. (Incluído pela Lei nº 14.644, de 2023)

§2º O Fórum dos Conselhos Escolares é um colegiado de caráter deliberativo que tem como finalidades o fortalecimento dos Conselhos Escolares de sua circunscrição e a efetivação do processo

democrático nas unidades educacionais e nas diferentes instâncias decisórias, com vistas a melhorar a qualidade da educação, norteados pelos seguintes princípios: (Incluído pela Lei nº 14.644, de 2023)

I – democratização da gestão; (Incluído pela Lei nº 14.644, de 2023)

II – democratização do acesso e permanência; (Incluído pela Lei nº 14.644, de 2023)

III – qualidade social da educação. (Incluído pela Lei nº 14.644, de 2023)

§3º O Fórum dos Conselhos Escolares será composto de: (Incluído pela Lei nº 14.644, de 2023)

I – 2 (dois) representantes do órgão responsável pelo sistema de ensino; (Incluído pela Lei nº 14.644, de 2023)

II – 2 (dois) representantes de cada Conselho Escolar da circunscrição de atuação do Fórum dos Conselhos Escolares. (Incluído pela Lei nº 14.644, de 2023)

Art. 15. Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público.

Art. 16. O sistema federal de ensino compreende: (Regulamento)

I - as instituições de ensino mantidas pela União;

II - as instituições de educação superior mantidas pela iniciativa privada; (Redação dada pela Lei nº 13.868, de 2019)

III - os órgãos federais de educação.

Art. 17. Os sistemas de ensino dos Estados e do Distrito Federal compreendem:

I - as instituições de ensino mantidas, respectivamente, pelo Poder Público estadual e pelo Distrito Federal;

II - as instituições de educação superior mantidas pelo Poder Público municipal;

III - as instituições de ensino fundamental e médio criadas e mantidas pela iniciativa privada;

IV - os órgãos de educação estaduais e do Distrito Federal, respectivamente.

Parágrafo único. No Distrito Federal, as instituições de educação infantil, criadas e mantidas pela iniciativa privada, integram seu sistema de ensino.

Art. 18. Os sistemas municipais de ensino compreendem:

I - as instituições do ensino fundamental, médio e de educação infantil mantidas pelo Poder Público municipal;

II - as instituições de educação infantil criadas e mantidas pela iniciativa privada;

III – os órgãos municipais de educação.

Art. 19. As instituições de ensino dos diferentes níveis classificam-se nas seguintes categorias administrativas: (Regulamento)

I - públicas, assim entendidas as criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público;

II - privadas, assim entendidas as mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.

III - comunitárias, na forma da lei. (Incluído pela Lei nº 13.868, de 2019)

§1º As instituições de ensino a que se referem os incisos II e III do caput deste artigo podem qualificar-se como confessionais, atendidas a orientação confessional e a ideologia específicas. (Incluído pela Lei nº 13.868, de 2019)

CONHECIMENTOS LOCAIS

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO – ESTADO DO MARANHÃO 1989/1990

PREÂMBULO

A CÂMARA MUNICIPAL DE PINHEIRO, ESTADO DO MARANHÃO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELAS CONSTITUIÇÕES FEDERAL E ESTADUAL, EM NOME DO POVO E SOB A PROTEÇÃO DE DEUS, PROMULGA A SEGUINTE:

TÍTULO - I ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL

CAPÍTULO - I DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Artigo 1º O Município de Pinheiro, em união indissolúvel ao Estado do Maranhão e à República Federativa do Brasil, constituído dentro do Estado Democrático de Direito, em esfera de Governo local, objetiva o seu desenvolvimento com a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, exercendo o seu poder por decisão dos Municípios, pelos seus representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Lei Orgânica da Constituição Estadual e Constituição Federal.

PARÁGRAFO ÚNICO - A ação Municipal desenvolve-se em todo o seu território, sem privilégio, de Distritos, povoados ou Bairros, reduzindo-se as desigualdades regionais e sociais, promovendo o bem-estar de todos sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade, e quaisquer outras formas discriminatórias.

Artigo 2º O território do Município poderá ser dividido em distritos, criados, organizados suprimidos ou fundidos por Lei Municipal, observada a Legislação Estadual, após a consulta plebiscitária e o disposto nesta Lei Orgânica. (NR)

Artigo 3º A sede do Município dá-lhe o nome e tem a categoria de cidade enquanto a sede do Distrito tem a categoria de vila.

Artigo 4º O Município objetivando integrar a organização, planejamento e a execução de funções públicas de interesse regional comum, poderá associar-se a outros Municípios da região e ao Estado.

Artigo 5º São símbolos do Município o Brasão, a Bandeira e o Hino, representativos de sua cultura e história.

CAPÍTULO - II DOS BENS MUNICIPAIS

Artigo 6º Constituem bens do Município todas as coisas móveis e imóveis, direitos e ações que a qualquer título lhe pertençam.

PARÁGRAFO ÚNICO - O Município tem o direito à participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais de seu Território.

Artigo 7º Pertencem ao Patrimônio Municipal as terras devolutas que se localizem dentro do raio de 6 km, contados do ponto central da sede do Município.

PARÁGRAFO ÚNICO - Integram, igualmente o Patrimônio Municipal, as terras devolutas localizadas dentro do raio de 6 km, contados do ponto central dos distritos ou povoados, que possuem no mínimo 3 (três) serviços públicos. (NR)

Artigo 8º Cabe ao Prefeito a administração dos bens municipais, respeitada a competência da Câmara quanto àqueles utilizados no seus serviços.

Artigo 9º Todos os bens municipais deverão ser cadastrados, com a identificação respectiva, numerando-se os móveis segundo o que foi estabelecido em decreto regulamentador.

Artigo 10 A alienação dos bens municipais subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será sempre precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I. quando IMÓVEIS, dependerá de autorização legislativa e concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

a) DOAÇÃO CONDICIONADA, devendo constar obrigatoriamente do donatário, o prazo do seu cumprimento e a cláusula de retrocessão, sob pena de nulidade;

b) PERMUTA.

II. quando MÓVEIS E SEMOVENTES, dependerá de licitação dispensada esta nos seguintes casos:

a) DOAÇÃO, que será permitida exclusivamente, para fins de interesse social;

b) PERMUTA;

c) AÇÕES, que serão vendidas em bolsas legalmente instituídas, provida de autorização legislativa;

d) BENS MÓVEIS, quando dados como princípio de pagamento para aquisição de bens da mesma natureza e destinação.

§ 1º - O Município, preferentemente à venda ou doação de seus bens imóveis, outorgará concessão, de direito real de uso, mediante autorização legislativa e concorrência. A concorrência poderá ser dispensada por lei, quando o uso se destinar a concessionária de serviço público, a entidades assistências, ou quando houver relevante interesse público, devidamente justificado.

§ 2º - A venda aos proprietários de imóveis limítrofes de áreas urbanas remanescentes e inaproveitáveis para edificação, resultantes de obras públicas dependerá apenas de prévia avaliação e autorização legislativa. As áreas resultantes de modificação de alinhamento serão alienadas nas mesmas condições quer sejam aproveitáveis ou não.

Artigo 11 O uso de bens municipais por terceiros poderá ser feito mediante concessão, permissão ou autorização conforme o caso, e o interesse público o exigir.

CONHECIMENTOS LOCAIS

§ 1º - A concessão administrativa dos bens públicos de uso especial e dominiais dependerá de lei e concorrência e far-se-á mediante contrato, sob pena de nulidade do ato. A concorrência poderá ser dispensada, mediante lei, quando o uso se destinar a concessionária de serviços públicos, a entidades educativas, culturais e assistências, ou quando houver interesse público relevante, devidamente justificado.

§ 2º - A concessão administrativa de bens públicos de uso comum somente poderá ser outorgada para finalidades escolares, de assistência social ou turística, mediante autorização legislativa.

§ 3º - A permissão, que poderá incidir sobre qualquer bem público, será feita por Decreto, para atividades ou usos específicos e transitórios, pelo prazo máximo de sessenta dias.

Artigo 12 Os projetos de leis sobre alienação, permuta ou empréstimo de imóveis são da iniciativa do Prefeito.

Artigo. 13 Lei Municipal disporá sobre a Concessão de Direito Real de uso obedecendo os seguintes preceitos. (NR)

I.prazo de concessão (NR)

II.gratuidade e remuneração (NR)

III.destino (NR)

IV.cessão (AC)

PARÁGRAFO ÚNICO - vedação de concessão de direito real de uso de mais de 2 (dois) terrenos ou áreas de terras do Município para uma só pessoa.(AC)

Artigo 14 Os bens pertencentes ao Patrimônio Público Municipal não poderão ser alienados ou cedidos, a qualquer título, dentro do período que compreenda 6 (seis) meses antes das eleições municipais até o término do mandato do Prefeito Municipal, em exercício.(NR)

PARÁGRAFO ÚNICO - Salvo nos casos de interesse público, com prévia autorização legislativa.

CAPÍTULO - III DA COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO

Artigo 15 Compete ao Município:

I.legislar sobre assuntos de interesse local;

II.suplementar a legislação federal e a estadual no que couber:

III.instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar as suas rendas sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei;

IV.criar, organizar e suprimir Distritos, observando o disposto nesta Lei Orgânica e na legislação estadual pertinente;

V.instituir a Guarda Municipal destinada à proteção de seus bens, serviços e instalações conforme dispuser a Lei;

VI.organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão, ou permissão entre outros os seguintes serviços:

a)transporte coletivo urbano e intra-municipal que terá caráter essencial;

b)abastecimento de água e esgotos sanitários;

c)mercados, feiras e matadouros locais;

d)cemitério e serviços funerários;

e)iluminação pública;

f)limpeza pública, coleta domiciliar e destinação final do lixo.

VII.manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação pré-escolar e ensino fundamental;

VIII.prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população;

IX.promover a proteção do patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico local observada a legislação e as ações fiscalizadoras federal e estadual;

X.promover a cultura e a recreação;

XI.fomentar a produção agropecuária e demais atividades econômicas, inclusive a artesanal;

XII.preservar as florestas, campos, rios, lagos, a fauna e a flora;

XIII.realizar serviços de assistência social, diretamente ou por meio de instituições, privadas, conforme critérios e condições fixadas em Lei Municipal;

XIV.realizar programas de apoio às práticas desportivas;

XV.realizar programas de alfabetização;

XVI.realizar atividades de defesa civil, inclusive as de combate a incêndios e prevenção de acidentes naturais em coordenação com a União e o Estado;

XVII.promover no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso do parcelamento e da ocupação do solo urbano;

XVIII.elaborar e executar o Plano Diretor;

XIX.executar obras de:

a)abertura, pavimentação e conservação de vias;

b)drenagem pluvial;

c)construção e conservação de estradas, parques, jardins e hortos florestais;

d)construção e conservação de estradas vicinais;

e)edificação e conservação de prédios públicos municipais.

XX.fixar:

a)tarifas dos serviços públicos, inclusive, dos serviços de táxi;

b)horário de funcionamento dos estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços;

XXI.sinalizar as vias públicas urbanas e rurais;

XXII.regulamentar a utilização de vias e logradouros públicos;

XXIII.conceder licença para:

a)localização, instalação e funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços;

b)afixação de cartazes, letreiros, anúncios, faixas, emblemas e utilização de alto-falantes para fins de publicidade e propagandas;

c)exercícios de comércio eventual ou ambulantes;

d)realização de jogos, espetáculos e divertimentos públicos observadas as prescrições legais;

e)prestação dos serviços de táxi.

XXIV.Prover a aquisição de bens imóveis para fins de utilidade pública e interesse social.(AC)

PARÁGRAFO ÚNICO - compete privativamente ao Município o disposto nos Incisos: I, II, III IV, V, VI, VII, VIII, IX, XVII. (AC)

Artigo 16 Além das competências previstas no Artigo anterior o Município atuará em cooperação com a União e o Estado para o exercício das competências enumeradas no Artigo 23 da Constituição Federal.

CAPÍTULO - IV DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS

Artigo 17 Compete ao Município instituir os seguintes tributos:

I.impostos sobre:

a)propriedade predial e territorial urbana;

b)transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, a de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos à sua aquisição;

c)REVOGADA

d)serviços de qualquer natureza, definidos em lei complementar;

II.taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos ou divisíveis prestados ao contribuinte ou posto à sua disposição;

III.contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas.

Artigo 18 A administração tributária é atividade vinculada, essencial ao Município e deverá estar dotada de recursos humanos e materiais necessários ao fiel exercício de suas atribuições, principalmente no que se refere a:

I.cadastramento dos contribuintes e das atividades econômicas;

II.lançamento dos tributos;

III.fiscalização do cumprimento das obrigações tributárias;

IV.Inscrição dos inadimplentes em dívida ativa e respectiva cobrança amigável ou encaminhamento para cobrança judicial.

Artigo 19 O Município deverá criar colegiado constituído paritariamente por servidores designados pelo Prefeito Municipal e contribuintes indicados por entidades representativas de categorias e econômicas profissionais, com a função de avaliar e aprovar preços, tarifas, alíquotas e valores dos serviços públicos e tributos municipais.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os recursos oriundos de reclamações sobre lançamentos e demais questões tributárias serão decididas pelo Prefeito Municipal.

Artigo 20 O Prefeito Municipal, em conjunto com o colegiado constante do Artigo 19, desta Lei, promoverá, periodicamente, a atualização da Base de Cálculo dos tributos Municipais.

§ 1º - A Base de Cálculo do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, será atualizada anualmente, antes do término do exercício.

§ 2º - A atualização da Base de Cálculo do Imposto Municipal sobre Serviços de Qualquer Natureza, cobrado de autônomos e sociedades civis, obedecerá aos índices oficiais de atualização monetária e poderá ser realizada mensalmente.

§ 3º - A atualização da Base de Cálculo das taxas decorrentes do exercício do poder de polícia municipal obedecerá aos índices oficiais de atualização monetária e poderá ser realizada mensalmente.

§ 4º - A atualização da Base de Cálculo das taxas de serviços levará em consideração a variação de custos dos serviços prestados ao contribuinte ou colocados à sua disposição, observados os seguintes critérios:

I.quando a variação de custos for inferior ou igual aos índices oficiais de atualização monetária, poderá ser realizada mensalmente;

II.quando a variação de custos for superior àqueles índices, a atualização poderá ser feita mensalmente até esse limite, ficando com percentual restante para ser atualizado por meio de Lei que deverá estar em vigor antes do início do exercício subsequente.

Artigo 21 A concessão de isenção e de anistia de tributos municipais dependerá de autorização legislativa, aprovada por maioria de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

Artigo 22 A remissão de créditos tributários somente poderá ocorrer nos casos de calamidade pública ou notória pobreza do contribuinte, devendo a lei que autoriza ser aprovada por maioria de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

Artigo 23 A concessão de isenção, anistia ou moratória não gera direito adquirido e será revogada ex-offício, sempre que se apure que o beneficiário não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições, não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para sua concessão.

Artigo 24 É de responsabilidade do órgão competente da Prefeitura Municipal a inscrição em dívida ativa dos créditos provenientes de impostos, taxas, contribuições de melhoria e multas de qualquer natureza, decorrentes de infrações à legislação tributária com prazo de pagamento fixado pela legislação ou por decisão proferida em processo regular de fiscalização.

Artigo 25 Ocorrendo a decadência do direito de contribuir o crédito tributário ou a prescrição da ação de cobrá-la, abrir-se-á inquérito administrativo para apurar as responsabilidades, na forma da lei.

PARÁGRAFO ÚNICO - A autoridade municipal, qualquer que seja seu cargo, emprego ou função, e independente do vínculo que possuir com o Município, responderá civil, criminal e administrativamente pela prescrição ou decadência ocorrida sob sua responsabilidade, cumprindo-lhe indenizar o Município do valor dos créditos prescritos ou não lançados.

CAPÍTULO V DOS PREÇOS PÚBLICOS

Artigo 26 Para obter o ressarcimento da prestação de serviços de natureza comercial ou industrial ou de sua atuação na organização e exploração de atividades econômicas, o Município poderá cobrar preços públicos.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os preços devidos pela utilização de bens e serviços municipais deverão ser fixados de modo a cobrir os custos dos respectivos serviços e serem reajustados, quando se tornarem deficitários.

Artigo 27 Lei Municipal estabelecerá outros critérios para fixação de preços.

TÍTULO II GOVERNO DO MUNICÍPIO

CAPÍTULO II DOS PODERES MUNICIPAIS

Artigo 28 O Governo Municipal é constituído pelos Poderes Legislativo e Executivo, independentes e harmônicos entre si.

PARÁGRAFO ÚNICO - É vedada aos Poderes Municipais a delegação recíproca de atribuições, salvo nos casos previstos nesta Lei Orgânica.

CAPÍTULO II DO PODER LEGISLATIVO

SEÇÃO I DA CÂMARA MUNICIPAL

Artigo 29 O Poder Legislativo é exercido pela Câmara Municipal, composta de Vereadores, eleitos para cada legislatura entre cidadãos maiores de dezoito anos, no exercício dos direitos políticos, pelo voto direto e secreto.

§ 1º - O Mandato dos Vereadores é de quatro anos.

§ 2º A eleição dos Vereadores dar-se-á de conformidade com o disposto na Legislação Federal Eleitoral. (NR)

§ 3º - O número de Vereadores será fixado de conformidade com a Constituição Federal, Constituição Estadual e por Decreto Legislativo emitido até o final da Sessão Legislativa do ano que anteceder à eleição para os respectivos cargos.

Artigo 30 Salvo disposição em contrário desta Lei, a discussão e votação de matéria constante da Ordem do Dia só poderá ser efetuada com a presença da maioria absoluta dos membros da Câmara. (NR)

§ 1º a aprovação da matéria em discussão salvo as exceções previstas nesta Lei Orgânica, dependerá do voto favorável da maioria dos Vereadores presentes à Sessão. (AC)

§ 2º os Projetos de Lei e a aprovação e alteração do regimento Interno serão apreciados em 2 turnos de discussão e votação. (AC)

§ 3º dependerão do voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara a aprovação e as alterações das seguintes matérias: (AC)

- I. Matéria Tributária; (AC)
- II. Código de Obras e Edificações e outros códigos; (AC)
- III. Estatuto dos Servidores Municipais; (AC)
- IV. Criação de Cargos, Funções e Empregos da Administração Direta, Autárquica e Fundacional, bem como sua remuneração; (AC)
- V. Concessão de serviço público; (AC)
- VI. Concessão de direito real de uso; (AC)
- VII. Alienação de bens imóveis; (AC)
- VIII. Autorização para obtenção de empréstimo de particular, inclusive para as autarquias fundações e demais entidades controladas pelo poder público; (AC)
- IX. Lei de Diretrizes Orçamentárias, Plano Plurianual e Lei Orçamentária Anual; (AC)
- X. Aquisição de bens imóveis por doação com encargo; (AC)
- XI. Criação, organização e supressão de Distritos e subdistritos, e divisão do território do Município em áreas administrativas; (AC)
- XII. Criação, estruturação e atribuição das secretarias, subprefeituras, Conselhos de representantes e dos órgãos da administração pública; (AC)
- XIII. Realização de operação de crédito para abertura de créditos adicionais, suplementares ou especiais com finalidades precisas; (AC)
- XIV. Rejeição de veto; (AC)
- XV. Regimento Interno da Câmara Municipal; (AC)
- XVI. Alteração de denominação de próprios, vias e logradouros públicos; (AC)
- XVII. Isenções de impostos municipais; (AC)

§ 4º - dependerão do voto favorável de 3/5 (três quintos) dos membros da Câmara as seguintes matérias: (AC)

- I. Zoneamento urbano; (AC)
 - II. Plano diretor; (AC)
- § 5º - dependerão do voto favorável de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara a aprovação e alterações das seguintes matérias: (AC)
- I. rejeição do parecer prévio do Tribunal de Contas; (AC)
 - II. destituição dos membros da Mesa; (AC)
 - III. emendas à Lei Orgânica; (AC)
 - IV. concessão de título de cidadão honorário ou qualquer honraria ou homenagem; (AC)
 - V. todo e qualquer tipo de anistia; (AC)
 - VI. decisão de perda do mandato de Prefeito, e de Vereador. (AC)

SEÇÃO II DOS VEREADORES

SUBSEÇÃO - I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 31 Os Vereadores gozam de inviolabilidade por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato, e na circunscrição do Município.

§ 1º - Desde a expedição do diploma e até a inauguração da legislatura subsequente, o Vereador não poderá ser preso, salvo em flagrante de crime inafiançável.

§ 2º - No caso de flagrante de crime inafiançável os autos serão remetidos à Câmara Municipal dentro de 24 (vinte quatro horas), para conhecimento desta.

§ 3º Aplicam-se ao Vereador as demais regras da Constituição Federal, não inscritas nesta Lei Orgânica, sobre sistema eleitoral, inviolabilidade, remuneração, perda de mandato, impedimento e incorporação nas Forças Armadas. (NR)

Artigo 32 Os Vereadores não serão obrigados a testemunhar, perante a Câmara, sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações.

Artigo 33 É incompatível com o decoro parlamentar, além dos casos definidos no Regimento Interno, o abuso das prerrogativas asseguradas aos Vereadores ou a percepção, por estes, de vantagens indevidas.

SUBSEÇÃO II DAS INCOMPATIBILIDADES

Artigo 34 Os Vereadores não poderão:

- I. desde a expedição do diploma:
 - a) firmar ou manter contrato com o Município, suas autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações ou empresas concessionárias de serviços públicos municipais, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;
 - b) aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado inclusive de que sejam demissíveis "ad-nutum" nas entidades constantes da alínea anterior, salvo mediante aprovação em concurso público. (NR)"
 - II. desde a posse:
 - a) serem proprietários, controladores ou diretores de empresas que gozem de favor decorrente de contrato celebrado com o Município ou nelas exercerem função remunerada;
 - b) ocupar cargo ou função de que sejam demissíveis "ad nutum" nas entidades referidas na Alínea "a" do Inciso I, salvo o cargo de Secretário Municipal ou equivalente;
 - c) patrocinar causas em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere a Alínea "a" do Inciso I ;
 - d) ser titulares de mais de um cargo ou mandato público eletivo.
- Artigo 35 Perderá o mandato o Vereador:
- I. que infringir qualquer das proibições estabelecidas no Artigo anterior;
 - II. cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;
 - III. que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões ordinárias da Câmara, salvo em caso de licença ou missão oficial autorizada;
 - IV. que perder ou tiver suspensos os direitos políticos;